



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 25

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 29 do mês em curso, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dias 27 e 29 de março, 3, 5, 10 e 12 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.222-57, na Câmara e nº 13, de 1960, no Senado, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e

nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba;

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.789 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.
Segundo Secretário — Gilberto Maranhão — PSD.
Terceiro Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro Suplente — Máximas Olympio — PTB.
Segundo Suplente — Guido Mondin — PSD.
Terceiro Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller (PSD).
Vice-Líderes: Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Victorino Freire (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder: João Vilasboas (UDN).
Vice-Líderes: Mem de Sá (PL).
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Benedito Valladares.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1962

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 1º — O § 1º, do art. 40 e o nº III, do art. 45, do Regimento Interno do Senado (Resolução nº 2, de 1959) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 —
§ 1º — O requerimento, que deverá mencionar o prazo de afastamento do Senador, será lido no Expediente e encaminhado à Comissão competente para sobre ele emitir parecer”

“Art. 45 —
III — afastamento do exercício do mandato:
a) por mais de 90 (noventa) dias para desempenho de missão diplomática de caráter transitório, ou participação no estrangeiro, em congressos, conferências e missões culturais (Const., art. 49);
b) por qualquer tempo, para desempenho das funções de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito do Distrito Federal (Const. art. 51 e Emenda Constitucional nº 3, art. 4º)”

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1962.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Vice-Líderes:
Gaspar Veloso.
Victorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: Daniel Krieger.
Vice-Líderes: Rui Palmeira.
Mourão Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan.
Eustáquio Cabral.
Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.

Vice-Líder:
Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.
DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
Líder: Lino de Mattos

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Victorino Freire — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Eugênio Barros — Maranhão.
6. Menezes Pimentel — Ceará.
7. Ruy Carneiro — Paraíba.
8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9. Silvestre Péricles — Alagoas.
10. Ary Vianna — Espírito Santo.
11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
12. Gilberto Marinho — Guanabara.
13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
14. Moura Andrade — São Paulo.
15. Gaspar Veloso — Paraná.
16. Alô Guimarães — Paraná.
17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. Juscelino Kutischek — Goiás.
21. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zacarias de Assunção — Pará.
3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Távora — Ceará.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior			
Semestre	Gr\$	50,00	Semestre
Ano	Gr\$	96,00	Ano
Exterior			
Ano	Gr\$	136,00	Ano

FUNÇIONÁRIOS

Capital e Interior			
Semestre	Gr\$	89,00	Semestre
Ano	Gr\$	76,00	Ano
Exterior			
Ano	Gr\$	108,00	Ano

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Gr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Gr\$ 0,50.

Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
 2. Freitas Cavalcanti (UDN).
 3. João Arruda (UDN).
 4. João Villasboas (UDN).
 1. Ary Vianna (PSD).
 2. Benedito Valladares (PSD).
 3. Vago.
 1. Lima Teixeira (PTB).
 2. Vivaldo Lima (PTB).
 3. Miguel Couto (PTB).
 1. Mem de Sá (PL).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Távora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Dei Caro (UDN).
Joho A. da (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
 2. Joaquim Parente (UDN).
 3. Irineu Bornhausen (UDN).
 4. Ovidio Teixeira (UDN).
 5. Eugênio Barros (PSD).
 2. Vago.
 3. Sebastião Archer (PSD).
 1. Lima Teixeira (PTB).
 2. Saulo Ramos (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: - Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Agricultura

TITULARES

Nelson Maculan, Presidente (PTB).
Eugênio Barros, Vice-Presidente (PSD).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
1. Lopes da Costa.
2. Joaquim Parente.

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico.
 2. Lobão da Silveira.
 3. Vago.
 - PTB.
 1. Saulo Ramos.
 2. Lima Teixeira.
- Secretaria: Maria de Lourdes Gótos, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (P. S. P.).
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Saulo Ramos (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino Matos (PTN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lima Teixeira.
1. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário ad-hoc: Eurico Jacy-Auler, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Dei Caro, Presidente (UDN).
Ary Vianna, Vice-Presidente (PSD).
Irineu Bornhausen (UDN).
Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (UDN).
Lopes da Costa (UDN).
Gaspar Velloso (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Barros Carvalho (PTB).
Eugênio Barros (PSD).
Mem de Sá (PL).
Fausto Cabral (PTB).
Filinto Müller (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
 2. Joaquim Parente (UDN).
 3. Rui Palmeira (UDN).
 4. Coimbra Bueno (UDN).
 5. João Arruda (UDN).
 6. Dei Caro (UDN).
 1. Silvestre Péricles (PSD).
 2. Ruy Carneiro (PSD).
 3. Jarbas Maranhão (PSD).
 4. Menezes Pimentel (PSD).
 5. Pedro Ludovico (PSD).
 6. Vago.
 1. Vivaldo Lima (PTB).
 2. Arlindo Rodrigues (PTB).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 4. Paulo Fender (PTB).
 5. Lima Teixeira (PTB).
 1. Aloysio de Carvalho (PL).
- Secretário: Renato de Almeida Chagas, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Lino de Matos (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Paulo Fender (PTB).
Vago.

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Heribaldo Vieira (UDN).
 1. Paulo Fernandes (PSD).
 2. Lobão da Silveira (PSD).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 1. Barros Carvalho (PTB).
 2. Lourival Fontes (PTB).
 3. Arlindo Rodrigues (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
Afrânio Lages (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Benedito Valladares (UDN).
Gaspar Velloso (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Victorino Freire (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Igrejas (UDN).
3. Sergio Marinho (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. João Mendes (PTB).

5. Reginaldo Fernandes — Rio.
6. Sergio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Dei Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Arinos — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Milton Campos — Minas Gerais.
18. João Villasboas — Mato Grosso.
19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo Lima — Amazonas.
2. Mathias Olympio — Piauí.
3. Leônidas Mello — Piauí.
4. Fausto Cabral — Ceará.
5. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
6. Barros Carvalho — Pernambuco.
7. Lourival Fontes — Sergipe.
8. Lima Teixeira — Bahia.
9. Calado de Castro — Guanabara.
10. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
11. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
12. Nelson Maculan — Paraná.
13. Saulo Ramos — Santa Catarina.
14. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloysio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.
1. Paulo Fender — Pará.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR SEM LEGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	21
UDN	20
PTB	14
PL	3
PSP	1
PTN	1
MTR	1
S/legenda	1
Vago	1

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Gilber Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.
Reginaldo Fernandes.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor-Geral.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Péricles (PSD).

2. Barros Carvalho (PTB).
1. Mem de Sá (PL).
Secretário: Eurico Jacy Auler, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES
Mourão Vieira, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Paulo Fender (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).
Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES:
Jorge Maynard, Presidente (PSP).
Lino de Matos, Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

UDN
1. Sérgio Marinho.
2. João Arruda.
PSD
1. Jefferson Aguiar.
2. Eugênio Barros.
1. Nelson Maculan.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde

TITULARES
Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativa.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES
Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (S/Legenda).
Silvestre Pérciles.
Ruy Carneiro (PSD).
Jorge Maynard (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Nelson Maculan (PTB).
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição e Justiça

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1962

(INSTALAÇÃO)

As 16 horas, presentes os Srs. Senadores Jefferson de Aguiar, Aloysio de Carvalho, Ruy Carneiro, Lourival Fontes, Heribaldo Vieira, Lobão da Silveira, Sérgio Marinho, Sylvestre Pérciles, Afrânio Lages e Nogueira da Gama, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Afonso Arios e Milton Campos.

De conformidade com o § 3º, do artigo 81, do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador Sylvestre Pérciles, que evidencia a necessidade da eleição para Presidente e Vice-Presidente, por escrutínio secreto, suspendendo a reunião por cinco minutos, para a confecção das cédulas.

Reaberta a reunião e colocadas as cédulas em urna apropriada, o Senhor Presidente nomeia o Senhor Senador Ruy Carneiro para escrutinador, que anuncia o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Jefferson de Aguiar — 9 votos.
Senador Aloysio de Carvalho — 1 voto.

Para Vice-Presidente:
Senador Milton Campos — 10 votos.
Empossado, o Senhor Senador Jefferson de Aguiar agradece aos seus pares a confiança depositada no sufrágio do seu nome para permanecer presidindo os destinos da Comissão de Justiça e promete cultivar o acordo partidário que é tradicional no convívio de todos os Senhores Senadores, e cumprir fielmente a honrosa missão que lhe é conferida.

Em seguida, o Senhor Presidente fixa o dia das reuniões para as quartas-feiras, às 16 horas, convoca uma reunião extraordinária para o próximo dia 22 e determina que o Oficial Legislativo, José Soares de Oliveira Filho, continue na secretaria da referida Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão de Legislação Social

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1962

(INSTALAÇÃO)

As 16,30 horas, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Lima Teixeira, Padre Calazans, Lobão da Silveira, Afrânio Lages e Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Afonso Arios, Lopes da Costa, Caetano de Castro e Arlindo Rodrigues.

De conformidade com o art. 81, § 3º, do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador Sebastião Archer que evidencia a necessidade da eleição para Presidente e Vice-Presidente, por escrutínio secreto, suspendendo a reunião por cinco minutos, para a confecção das cédulas.

Reaberta a reunião e colocadas as cédulas em urna apropriada, o Senhor Presidente nomeia o Senhor Senador Lobão da Silveira para escrutinador, que anuncia o seguinte resultado:

Para Vice-Presidente:
Senador Lima Teixeira — 5 votos.
Senador Lobão da Silveira — 1 voto.

Para Presidente:
Senador Ruy Carneiro — 5 votos.
Senador Afrânio Lages — 1 voto.

Dando prosseguimento, o Sr. Senador Lima Teixeira agradece aos seus pares a confiança depositada no sufrágio do seu nome para permanecer na presidência dos trabalhos da Comissão e promete não olvidar em um só instante das suas responsabilidades na Presidência.

O Senhor Senador Ruy Carneiro associa-se as palavras do Sr. Senador Lima Teixeira.

Em seguida, o Senhor Presidente fixa o dia das reuniões para as terças-feiras, às 16 horas, e determina que o Oficial Legislativo, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, continue no exercício da secretaria da referida Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Comissão de Economia

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1962

(INSTALAÇÃO)

As 16 horas, presentes os Senhores Senadores Fausto Cabral, Nogueira da Gama, Gaspar Velloso, Fernandes Távora, Sebastião Archer, Sérgio Marinho e Ovidio Teixeira, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Paulo Fender, Alô Guimarães, Sérgio Marinho, Del Carmo e João Arruda.

De conformidade com o § 3º do artigo 81 do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador Fernandes Távora que evidencia a necessidade da eleição para Presidente e Vice-Presidente, por escrutínio secreto, suspendendo a reunião por cinco (5) minutos, para a confecção de cédulas.

Reaberta a reunião e colocadas as cédulas em urna apropriada, e o Senhor Presidente nomeia o Senhor Senador Nogueira da Gama para escrutinador, que anuncia o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Gaspar Velloso — 6 votos.
Senador Sebastião Archer — 1 voto.

Para Vice-Presidente:
Senador Fausto Cabral — 6 votos.
Senador Nogueira da Gama — 1 voto.

Dando prosseguimento, o Sr. Senador Gaspar Velloso agradece aos seus pares a confiança depositada no sufrágio do seu nome para permanecer na presidência dos trabalhos da Comissão e promete não olvidar em um só instante das suas responsabilidades na Presidência.

O Senhor Senador Fausto Cabral associa-se as palavras do Senhor Senador Gaspar Velloso.

Em seguida, o Senhor Presidente fixa o dia das reuniões para as quintas-feiras, às 16 horas, e determina que o Oficial Legislativo José Soares de Oliveira Filho, continue na secretaria da referida Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

12ª REUNIAO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1961

As 16 horas e trinta minutos, sob a presidência do Sr. Senador Gaspar Velloso, Presidente, presentes os Senhores Senadores Del Caro, Fausto Cabral, Lobão da Silveira, Alô Guimarães e Nogueira da Gama, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Fernandes Távora, Sérgio Marinho e João Arruda.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Alô Guimarães, que relata pela aprovação o projeto de Lei do Senado nº 5, de 1961, que altera a legislação do imposto de Renda.

Sem discussão é o parecer aprovado.

Em seguida usa a palavra o Senhor Senador Fausto Cabral que emite parecer favorável com emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 12 de 1961, que altera a Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências (Apresentado pelo Sr. Senador Nelson Maculan).

Submetido o parecer a discussão e votação, sem restrições é aprovado.

Ainda o Sr. Senador Fausto Cabral, emite parecer pelo arquivamento da Mensagem nº 39, de 1961, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Vicente de Paulo Galiez, para membro do Conselho Nacional de Economia.

Sem restrições é o parecer aprovado. Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

13ª REUNIAO, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1962

As 17,30 horas, sob a presidência do Sr. Senador Gaspar Velloso, Presidente, presentes os Srs. Senadores Del Caro, Fausto Cabral, Alô Guimarães, Fernandes Távora e Saulo Ramos, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Sérgio Marinho, João Arruda, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É dispensada a leitura da ata anterior e em seguida aprovada.

Ao iniciar os trabalhos o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Fausto Cabral, com o objetivo de relatar o Projeto de Lei da Câmara número 133, de 1961, que aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o exercício de 1961, e dá outras providências.

Preliminarmente, o Sr. Senador Fausto Cabral, faz longo relato em torno da matéria e justifica a apresentação das emendas constantes em seu parecer, que, separadamente são apreciadas.

Submetidos à discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Proseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Del Caro, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1961, que isenta do imposto de importação e de consumo, equipamentos destinados à aplicação na Fábrica de Soda Cáustica da Companhia Eletroquímica Pan-Americana.

Submetido à discussão e aprovação é o parecer aprovado.

Por haver encerrada a matéria dependente de votação constante da pauta, o Sr. Presidente convida os Senhores Senadores para uma Reunião Extraordinária no próximo dia 12, às 16 horas.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

14ª REUNIAO, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 1961

As 16,30 horas, sob a presidência do Sr. Senador Gaspar Velloso, Presidente, presentes os Srs. Senadores Fernandes Távora, Del Caro, Lobão da Silveira, Fausto Cabral e Alô Guimarães, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Sérgio Marinho, João Arruda e Nogueira da Gama.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Fernandes Távora que emite os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 1961, que concede isenção do imposto de importação e de consumo para maquinarias, importada pela Companhia Brasileira de Caldeiras, para ampliação de sua fábrica em Varginha.

— favorável, com apresentação de emenda ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1961, que aprova o Acordo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Sem restrições são aprovados os pareceres.

Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Senador Fausto Cabral que relata favoravelmente o Projeto de Lei nº 198, de 1961, que prorroga até 31 de dezembro de 1962 o prazo a que se refere a Lei nº 2.892, de 28 de abril de 1961.

Submetido o parecer a discussão e votação, sem restrições é aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Relações Exteriores

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1962

Em obediência ao preceito regimental, às 15 horas do dia dezanove de março de mil novecentos e sessenta e dois, sob a presidência do Sr. Senador Lourival Fontes, presentes os Senhores Senadores Benedito Valladares, Gaspar Velloso, Afrânio Lages, Heribaldo Vieira, Vivaldo Lima e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores, para o fim precípuo de instalação e eleição do seu Presidente e Vice-Presidente em um único escrutínio secreto.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Filinto Müller e João Villasboas.

O Sr. Senador Lourival Fontes, no exercício da presidência, anuncia aos Srs. Membros que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, conforme o disposto no Regimento Interno, através de escrutínio secreto, por meio de cédulas, designando para escrutinador o Sr. Senador Afrânio Lages.

Procedida a votação, apura-se o seguinte resultado:

— Para Presidente — Senador Vivaldo Lima — 6 votos.

— Para Presidente — Senador Lourival Fontes — 1 voto.

— Para Vice-Presidente — Senador João Villasboas — 7 votos.

O Sr. Senador Lourival Fontes proclama eleitos os Senadores Vivaldo Lima e João Villasboas, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, convidando o recém-eleito a assumir a Presidência que lhe foi confiada pelos Srs. Senadores Membros.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Vivaldo Lima agradece, profundamente sensibilizado, a honra com que seus Pares acabam de distingui-lo, reafirmando seu propósito inabalável de não medir esforços no sentido de que possa ter sua alta missão inteiramente desincumbida o douto Órgão Técnico do Senado Federal cuja orientação foi sempre objeto de sua mais imediata atenção e carinho, em prol do cumprimento das magnas responsabilidades da Câmara Alta do Congresso Nacional na vida da Nação.

Em continuação, faz um breve resumo de seus propósitos na gestão da Presidência da Comissão de Relações Exteriores para a presente Legisla-

tura, detendo-se em participar a próxima criação de Cursos de língua inglesa e francesa para os Srs. Senadores, o que considera sumamente proveitoso, tendo em vista os próximos compromissos internacionais que exigirão a presença de Parlamentares da Câmara Alta.

Outrossim, comunica aos Srs. Senadores Membros, haver decidido confirmar o Sr. Eurico Jacy Auler, Oficial-Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer o cargo de Secretário da Comissão de Relações Exteriores na Legislatura de 1962.

Em seguida, determina sejam as Reuniões Ordinárias realizadas às quintas-feiras, às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Saúde Pública

1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 4ª LEGISLATURA — 1962

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e dois reuniram-se, na Sala das Comissões do Senado Federal, os Srs. Reginaldo Fernandes, Pedro Ludovico e Fernandes Távora, membros escolhidos para comporem a Comissão de Saúde Pública, durante a presente Legislatura, a fim de instalarem os trabalhos e procederem a eleição do Presidente e Vice-Presidente do referido órgão técnico.

Assume a Presidência dos trabalhos, na forma do § 3º, Art. 81, do Regimento Interno, o Sr. Fernandes Távora, que designa para escrutinador da eleição ao Sr. Pedro Ludovico.

Procedida a eleição, por escrutínio secreto, e verificada a coincidência do número de votantes com o número de sobrecartas, encontradas na urna, apurou-se o seguinte resultado:

Para Presidente: Senador Reginaldo Fernandes — 2 votos.

Senador Pedro Ludovico — 1 voto.

Para Vice-Presidente: Senador Aló Guimarães — 3 votos.

Passando a ocupar a Presidência, para a qual foi eleito, o Sr. Reginaldo Fernandes agradece o apelo e a solidariedade, manifestados pelos seus pares, com a sua recondução à Presidência, declarando que tudo fará, para merecer a confiança, de que foi merecedor.

A seguir, após conceder a palavra, o quem desejar fazer uso da mesma, sem que houvesse orador, o Sr. Presidente designa para Secretário "ad hoc" o Auxiliar-Legislativo Eduardo Rui Barbosa, determinando que continuem as reuniões da Comissão a serem realizadas às quintas-feiras, no horário das 15 horas.

Nada mais havendo que tratar, é encerrada a reunião, do que, para constar, eu, Eduardo Rui Barbosa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

ATA DA 4ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 21 DE MARÇO DE 1962

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE — GILBERTO MARINHO — NOVAES FILHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores: Mourão Vieira — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Tá-

vora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Afrânio Lages — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Miguel Couto — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Lino de Mattos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — José Feliciano — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Daniel Krüger — Mem de Sá — Guido Mondin.

(43)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem nº 4 (nº de origem PR 9.195-62), de 28 de fevereiro do Sr. Presidente ao Conselho de Ministros — Comunica a remessa, ao Sr. Ministro da Fazenda, do Requerimento de Informações nº 23, de 1962, do Sr. Senador Afrânio Lages.

Comunicação de eleição e posse:

— da Mesa da Câmara Municipal de Bezerros, PE;

— da Mesa da Câmara Municipal de Palmares, PE;

— da Mesa da Câmara Municipal de Recife, PE;

— da Mesa da Câmara Municipal de Catalão, GO;

— da Mesa da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG;

— da Mesa da Câmara Municipal de Bicas, MG;

— da Mesa da Câmara Municipal de Corinto, MG;

— da Mesa da Câmara Municipal de Andradina, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Bebedouro, SP;

— da Mesa Administrativa de Santa Casa de Misericórdia de Barretos, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Bebedouro, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Buritizal, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guapua, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guareí, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luiziania, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Regente Feijó, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Riolândia, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, PR;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luís Alves, SC;

— da Mesa da Câmara Municipal de Santo Cristo, RS.

— da Mesa da Câmara Municipal de Bebedouro, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Buritizal, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guapua, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guareí, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luiziania, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Regente Feijó, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Riolândia, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, PR;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luís Alves, SC;

— da Mesa da Câmara Municipal de Santo Cristo, RS.

— da Mesa da Câmara Municipal de Bebedouro, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Buritizal, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guapua, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Guareí, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luiziania, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Regente Feijó, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Riolândia, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, PR;

— da Mesa da Câmara Municipal de Luís Alves, SC;

— da Mesa da Câmara Municipal de Santo Cristo, RS.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E lido e deferido o seguinte:

Requerimento nº 72, de 1962

Senhor Presidente

Requeremos, nos termos regimentais sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

a) qual o número de embarcações em tráfego, destinadas ao transporte de passageiros e cargas, pertencentes

ao Lóide Brasileiro e à Cia. Nacional de Navegação Costeira;

b) qual o número de embarcações das citadas empresas (Lóide e Costeira) retiradas do tráfego em ou aguardando obras e, se possível, as datas em que foram retiradas;

c) se as embarcações referidas no item anterior são recuperáveis e o custo estimativo para a realização dos reparos em cada uma delas;

d) se o Lóide e a Costeira estão utilizando navios de bandeira estrangeira sob o regime de afretamento e, em caso afirmativo as importâncias pagas em 1960 e 1961 aos donos de tais navios;

e) qual o número de comandantes e imediatos existentes no Lóide e na Costeira bem como a remuneração mensal média dos mesmos;

f) se os navios para transporte de passageiros encomendados a estaleiros espanhóis e iugoslavos serão destinados ao tráfego na costa brasileira;

g) qual o número de embarcações reparadas ou reconstruídas no último quinquênio nos estaleiros das ilhas Mocangue (Lóide Brasileiro) e do Viana (Costeira).

Sala das Sessões em 21 de março de 1962. Senador Afrânio Lages.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente inicialmente quero agradecer em meu nome no do ilustre Senador Argemiro de Figueiredo e no de todos os nordestinos as providências tomadas pelo Conselho de Ministros no tocante à assistência que vem sendo dispensada ao Nordeste através da liberação das verbas destinadas ao combate às secas bem como de outras medidas certamente indispensáveis para aquisição de máquinas agrícolas, pequena açudagem e irrigação.

Feito este primeiro comentário à atuação do Governo parlamentarista, desejo, Sr. Presidente, tecer algumas considerações a respeito das recentes declarações do ex-Presidente Jânio Quadros, ao regressar ao País. Não gosto de tripudiar sobre o vencido. Tomei desde o início, posição contrária à orientação que o Sr. Jânio Quadros imprimiu à frente do Executivo. Sobejas razões me levaram a criticá-la durante sua gestão e mesmo após a renúncia de S. Exa. Agora, quando do seu regresso ao Brasil, tenho alguns comentários a fazer, menos porque esteja no meu desejo investir contra o Sr. Quadros, pois, para mim, S. Exa. desapareceu da vida pública nacional. Seu gesto de renúncia é tão comentado ainda hoje, que uma emissora transmitiu uma declaração do Presidente Arturo Frondizi de que não renunciaria ao Governo da Argentina porque não era Jânio Quadros.

De sorte que o gesto do ex-Presidente da República, muito embora ele o considere de coragem, foi para mim de fraqueza diante das dificuldades com que se defrontou à frente do Governo. Não teve S. Exa. o ânimo necessário para solucionar situação que é sempre encontrada por todos os governantes.

Faço estas considerações por precisamente verificar a pouca repercussão que teve no País a declaração do ex-Presidente Jânio Quadros, numa cadeia de estações de televisão e de rádio, há poucos dias.

O eminente presidente renunciante apresentou alguns motivos que o levaram a aquele ato; não logrando, todavia, convencer aqueles que ouviram a sua palestra. E valho-me, neste instante, da opinião de um dos jornais que se colocaram ao lado do ex-Presidente durante sua campanha e após a sua investidura na Presidência da República. Tenho lido ultimamente críticas muito reais e posso dizer, sem receio de erro, que realmente, pro-

fessamos a democracia. A imprensa do País têm-se revelado com muita independência.

Diante dessa independência, estou sinceramente convencido de que, se há, às vezes, críticas infundadas, estas são feitas de boa fé, tal a maneira por que situam a posição do ex-Presidente.

Tenho em mãos um comentário, que vou ler para que fique registrado nos Anais, pois, como disse há pouco, é de um jornal que apoiou o Sr. Quadros como candidato e, posteriormente, como Presidente. Louvo as declarações de "O GLOBO" porque assim deve proceder a imprensa. O regresso do Sr. Jânio Quadros não obteve repercussão política porque a atitude impensada de S. Exa. de se afastar da Presidência da República ao primeiro obstáculo encontrado decepcionou os seus eleitores.

Diz o editorial de "O GLOBO":
(Lê)

"Explicando o inexplicável"

Como era fácil prever, a explicação do ilustre Sr. Jânio Quadros, acerca das determinantes de sua renúncia, constituiu um segundo desastre. Pior ainda a emenda do que o soneto.

S. Exa. falou muito, gritou bastante, mas não conseguiu levar a nenhum espírito imparcial a noção de que resignara o cargo forçado por motivos humanamente insuperáveis.

Começou S. Exa. erigindo-se, carismáticamente, no eleitor de si mesmo. A julgar por suas valiosas palavras, nenhum partido o ajudou a ganhar o pleito; o povo é que o alçou ao poder. A realidade não é exatamente essa. Basta recordar que a U.D.N., o P.T.B., o P.D.C., o P.L., os dissidentes pessedistas do Rio Grande realizaram alguns deles pujantes convenções nacionais a que esteve presente e eloquente o próprio candidato. Por que, então, aceitou aquelas indicações, se tinha as massas votantes no bolso do colete? É certo que S. Exa. sempre afirmou que não governaria sob o signo exclusivista das facções. Até aí andou bem. O Brasil carece de colocar a solução dos problemas de sua redenção acima dos registros estritamente partidários. Mas nem por isso S. Exa. deixou de receber a poderosa contribuição daqueles grêmios, em propaganda e sufrágios. Tanto assim que confiou a líderes de vários deles algumas das Pastas de seu Governo.

O Forte do Ex-Presidente não é, entretanto, o sentimento de gratidão. S. Exa. construiu cebrinamente um Olimpo, dentro do qual só ele reina. O resto da turba fica lá embaixo para adorá-lo. Curioso é que, nesta altura do seu descalabro, S. Exa. fale em "amigos que me atraíram e abandonaram". A reciprocidade é que é verdadeira. Ninguem louvara S. Exa. por dar aos amigos o que eles civicamente não mereciam, como ninguém lhe bate palmas pelo que fez de amnésico em relação aos que se dedicaram de corpo e alma à sua campanha, inclusive para obrigá-lo a renunciar a célebre renúncia da sua candidatura numa das horas mais dramáticas daquele tempo, antecipação do que S. Exa. celebrava veio meses depois a repetir já no Palácio do Planalto.

Outra das pseudo-razões invocadas por S. Exa. é que não dispunha de força parlamentar para consumir as suas reformas.

A verdade — tãôda gente o sabe — é que o Congresso não lhe moveu qualquer hostilidade digna desse nome. A crítica enxergou até naquela atitude neutra uma tácita forma de adesão ao vencedor. Dêsse ponto de vista a justificativa de S. Exa. é igual a zero. Impende ponderar que o Sr. Quadros dirigiu São Paulo também sem dispor de maioria na Assembléia. Esse é fenômeno corriqueiro depois da instituição do voto proporcional. Getúlio Vargas, vencedor em 1950, igualmente não tinha a seu favor a maior parte dos congressistas. No entanto, logo disputou a colaboração do P.S.D., nomeando seu líder o Sr. Gustavo Capanema. O Sr. Quadros, porém, não queria colaboração, mas sujeição. Esse, seu erro fundamental em relação ao Legislativo. Ou então — o que é pior — pensava em dissolver a Câmara e o Senado, coisa a que chegou agora a aludir como uma das hipóteses consideradas. E S. Exa. ousa falar em democracia!

Mas que desejava o Ex-Presidente? Um Congresso de castrados? A unanimidade das duas Casas do Congresso, venerando, de joelhos, o salvador da Pátria? A pretensão é mais do que descabida. Nenhum Presidente deixou de sofrer tremendas oposições às suas diretivas e iniciativas. Todos compreenderam — mesmo os mais oligárquicos — que o exercício do regime exige o direito de objeção ou de crítica. Só o Sr. Quadros entendeu como indispensável o incondicionalismo parlamentar.

Inclusive sua exposição já foi expressamente contestada pelo inteiro líder Meneses Côrtes, afirmando que só oito das mensagens enviadas pelo Presidente tinham importância. Todas tiveram andamento, salvo a que versava a lei antitruste. Esta só entrou na Casa dez dias antes da renúncia.

Como se vê, as alegações do Sr. Quadros sequer não correspondem à verdade histórica.

O segundo capítulo da "Casa de S. Exa. referiu-se às "pressões externas", equivalentes das tais "forças terríveis", que o obrigaram a resignar a investitura. O tema é velho e gasto, e nesta altura aparecem como agentes da "pressão" o Embaixador Cabot, o Sr. A. Berle, o Secretário Dillon, e até o Embaixador da República Federal da Alemanha. Chega a ser contrastadora a enumeração pois, enquanto S. Exa. se queixa daqueles diplomatas, seus Governos prestavam ao Brasil (ao Brasil presidido por Quadros) as maiores atenções — le mesmo as enumerou — quanto à liquidação da nossa dívida externa, não obstante ter S. Exa. chegado a fazer abertas aos comunistas da Alemanha Oriental, fato que motivou a demissão do Embaixador Vasco Leitão da Cunha. Aliás, S. Exa. confirma o disparate, dizendo que negociaria com dez Alemanhas, se houvesse!

Feitas as contas, da infundada exposição de S. Exa. devemos concluir — de resto com suas próprias palavras — que o Ex-Presidente se concentrou em três alternativas: intervir aqui no Estado da Guanabara (não ousou explicar o fundamento constitucional da grave medida); "voltar-me contra a Câmara, propi-

ciando assim o aviltamento da um pode: que perdera o respeito das massas"; ou dar o "golpe".

Ouvindo-se a irradiação ou lendo este trecho ninguém se recusará a acreditar na presença, não de um estadista, mas de um criador de fantasmas ou num dos filmes de horror de Frankenstein.

A Nação se achava em sossego, cheia de esperanças no candidato que elegera, e eis que este lá estava manipulando soluções extraleais capazes de custar ao povo sangue, suor e lágrimas.

Concluiu S. Exa. por assegurar que, não querendo tomar nenhuma daquelas medidas, optou pela renúncia.

Foi o único (o caso de Vargas teve outras tristes origens e o de Deodoro representou uma penitência) a abandonar a ponte de comando.

Que tremendo contraste faz S. Exa. com o Marechal de Ferro enfrentando a esquerda rebelada: com o "briha" Prudente de Moraes expondo bravamente a vida ao ódio dos jacobinos; com Campos Salles suportando a grita dos interesses feridos pela restauração financeira; com o esplêndido Rodrigues Alves, que se recusou a abandonar o Catete quando contra ele marchavam tropas insurretas ("Aqui é o meu lugar"); com o Marechal Hermes, cuja nobre vida privada tentaram escalar seus implacáveis contendedores: com o luminoso Epitácio Pessoa fazendo face a todas as oposições escudado em sua eloquência e energia pessoal; com Arthur Bernardes, que soube durante quatro anos desbaratar conspirações multiformes; com o próprio Washington Luís, que, havendo errado quanto à sua sucessão, não abandonou o Palácio pelos fundos, mas deixou-se prender, como um homem, pelas forças da revolução vitoriosa.

Cercado de prestígio popular, amparado pelas Classes Armadas, sem o menor motivo, o Sr. Jânio Quadros desertou o pósto que o povo lhe outorgara, não sem antes — ele agora o confessa — ter examinado as mais criminosas disposições contra o regime.

Toda gente sabe que este jornal sempre formou entre os adversários do Sr. João Goulart, mas na crise de agosto S. Exa. deu as melhores mostras de espírito de conciliação e apaziguamento, herdando inesperadamente do Senhor Quadros os riscos da guerra civil.

Nada temos contra o Ex-Presidente. Formamos entre os mais sinceros partidários de sua candidatura. Razão de sobra para sustentarmos que sua renúncia não teve a mais longínqua justificativa. E, depois de consumá-la, voltou à Pátria com o coração cheio de rancores e a boca amarga de ameaças, quando suas palavras precisavam ungir-se com os bálsamos da modéstia e da penitência perante seis milhões de compatriotas decepcionados.

Ainda é tempo de S. Exa. reintegrar-se no seio da Nação, para servi-la de baixo já que não quis ou não soube comandar-lhe os destinos, que lhe foram imprudentemente confiados.

Sr. Presidente, é com prazer que leio este editorial para que conste dos Anais desta Casa. Não é de jornal adversário do ex-Presidente Jânio Quadros, mas de um órgão de imprensa que se aliara aos coordenadores de sua campanha e que o apoiou até mesmo no momento da renúncia à Presidência da República. Tem, portanto, isenção de ânimo, liberda-

de de crítica e independência como jornal respeitado e sobretudo acurado pela opinião pública, para tecer judiciosas considerações sobre as declarações do ex-Presidente ao regressar ao Brasil.

Neste instante, porém, as palavras que vou proferir têm outro sentido. Não mais se trata de críticas, porque já as fiz quando o Sr. Jânio Quadros se encontrava no poder e eu sentia que S. Exa., embora possuidor de virtudes, não alcançaria o fim do seu governo.

Se me encontro na tribuna, neste momento, é para aconselhar S. Exa., que volta ao país como simples cidadão, como brasileiro despojado dos poderes que alcançara em virtude do apoio popular, a prestar sua colaboração ao Brasil, evitando criar um ambiente de desassossego e não se insurgindo contra aqueles que desejam, realmente, trabalhar, pela nossa Pátria. S. Exa. não deve por seu despeito e seu ódio a serviço da desagregação social.

O Sr. Jânio Quadros é dotado de virtudes que ninguém pode negar. Demonsrou, no governo, inteligência privilegiada e sobretudo austeridade. Tem, portanto, qualidades para disputar, nas próximas eleições um cargo eletivo. Eleito e reintegrado do país, poderá S. Exa. defender, no Congresso, seu rápido governo que — digo em parêntesis — descambava para a ditadura. De vizeira erguida, se puder, dará explicações ao Parlamento, que tanto criticou e que o apoiou até os últimos instantes. Quem não o apoiou foi o Senador que ora ocupa a tribuna, porque anteviu o fim do seu governo. Aconselho S. Exa. a voltar à vida pública; nada melhor do que os ensinamentos que a vida proporciona; nada como a experiência adquirida no poder. Volte o Sr. Jânio Quadros à vida política candidando-se a Deputado ou a Senador; venha participar dos debates, pois dos choques de opinião e das divergências é que surge a Verdade. Talvez S. Exa. venha a ser útil ao Brasil, reintegrado na vida democrática. Se S. Exa. regressou à Pátria com a disposição de bem servi-la, não dividida os brasileiros, semeando discórdias ou incitando desordens. O ex-Presidente fez adeptos, e, mercê com autoridade, portanto, neste instante, para dizer-lhe que ainda poderá ser muito útil ao Brasil, pois deixou, no Poder, traços marcantes de sua personalidade. Se muito errou, teve acertos que o recomendam a contribuir para que o Brasil supere as atuais dificuldades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem).

Enquanto discursava o Senhor Lima Teixeira, o Sr. Moura Andrade deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ontem o nobre Senador Mourão Vieira debateu longamente, nesta Casa, o problema da luta amazônica, salientando a necessidade da imediata fixação de prazo mínimo para o financiamento daquela grande cultura, esteio da economia da nossa região. Discutindo a reforma agrária, verificamos como é deficiente a agricultura no Brasil. Em muitas regiões do Sul — como a imprensa noticia — o problema se resolve apenas com a distribuição de terras, criticada nesta Casa por vários colegas. Na nossa região, porém, precisamos atender duas necessidades fundamentais para a

produção: braços e dinheiro. Em continuação das observações ontem expandidas brilhantemente pelo nobre representante do Amazonas, focalizarei hoje um dos problemas da economia do meu Estado, que reclama atenção mais cuidadosa do Governo Federal. Refiro-me à castanha do Pará, que no mercado internacional é produto altamente cotado pelo seu elevado teor vitamínico, sobretudo em proteínas, a ponto de ser considerada carne vegetal. Os nossos grandes consumidores de castanha do Pará são a Inglaterra e os Estados Unidos.

Nosso País deve dispensar melhor atenção a esse produto, fazendo sua propaganda em nosso território, pois a castanha do Pará poderá ser consumida nos quartéis, nos colégios e internatos, enfim, nos mais variados estabelecimentos, com o objetivo de alimentar melhor nossa população, dado — como disse — o alto teor vitamínico da preciosa noz.

No entanto, posso afirmar que milhões de brasileiros desconhecem a castanha do Pará, produto grandemente solicitado pelos mercados inglês e americano.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Mourão Vieira — É, com muita propriedade que V. Exa. focaliza um dos aspectos econômicos mais importantes da nossa região, a produção da castanha a "bertholletia excelsa". Vindo o Governo Federal ao amparo desse produto nada mais fará do que recompensar o grande esforço que fizemos durante a guerra. Fui, eventualmente, encarregado da Seção de Estudos da Amazônia do Banco de Crédito da Amazônia, e tive o desprazer e a amargura de assistir durante quatro safras consecutivas — ao apodrecimento da Castanha do Pará. O nosso grande esforço exigido pela guerra se concentrava na borracha; objeto das cogitações dos governos e do próprio Banco. A questão não é apenas amparar a castanha mas oferecer uma retribuição justa aos que, durante quatro safras, perderam a sua produção, desviando suas atividades para a extração da borracha; como contribuição ao esforço de guerra em prol da vitória. Os prejuízos foram irrecuperáveis porque, como V. Exa. sabe, a castanha deteriorada para nada mais serve. É, portanto, com todo o meu apoio e, mais do que isto, com entusiasmo que trago minha modesta colaboração ao brilhante discurso do ilustre colega, que focaliza problema que merece ser agitado pelo atual Governo Federal.

SR. LOBÃO DA SILVEIRA — V. Exa. acaba de oferecer judicioso comentário sobre a economia da nossa região de modo geral desprezada pelo Governo Federal.

Ao nosso grande sacrifício durante a guerra entregando a borracha abaixo da paridade internacional, com o objetivo de ajudar as Nações Unidas no esforço de guerra, ainda não foi dada uma justa compensação por parte do Governo da República, como também por parte da organização das Nações Unidas a quem auxiliamos à custa de prejuízos até das nossas populações.

Vale salientar que as populações da região amazônica não se destinam apenas a ocupar aquela área territorial; constitem sim, a defesa da soberania nacional. São seringueiros, castanheiros, homens abandonados, cerca de três milhões de brasileiros que defendem a soberania pátria contribuindo com o seu esforço para manter aquela região sob a nossa bandeira.

Enquanto o Governo Federal não organiza um plano intenso de propagação da castanha, considerada de alto teor nutritivo, outros países como a Inglaterra e os Estados Unidos publicam folhetos, com receitas e maneiras de aplicação e emprego da castanha, o que demonstra o inegável valor do nosso produto, oferecendo-nos desta forma, uma regular contribuição para a sua expansão.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Pois não.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. poderia aduzir que, durante a guerra a atividade principal da Rubber Development Corporation na Amazônia, se destinava a extrair o latex a fim de exportá-lo para as Nações Unidas.

Aquela Companhia fincou sua base no Pará, enquanto a borracha interessava às Nações Unidas. Era de esperar, pelo menos, que continuasse no Pará depois de cessado o conflito mundial, como contribuição ao Brasil, pela ajuda efetiva à paz. A produção da borachinha tem sofrido muitas crises, como V. Exa. sabe. Hoje, com a fabricação da borracha sintética, fica ela, cada vez mais, relegada ao desestímulo. Voltando à castanha do Pará, V. Exa. referiu-se ao seu teor vitamínico, salientando um aspecto importantíssimo dessa nossa riqueza. Sem embargo de ser uma das nozes mais nutritivas, não como vitamina, mas nutritiva no sentido calórico, a castanha do Pará é a mais oleaginosa das nozes. Tem um poder oleaginoso muito grande, é um óleo nobre, riquíssimo em ergosterol, em vitamina B-2, anti-raquitico. Se tivéssemos maquinaria suficiente, instrumental de laboratório para extrair o ergosterol da castanha do Pará, poderíamos atender a milhares de crianças raquiticas brasileiras, necessitadas dessa vitamina. Este é o aparte, que, como médico e professor, desejava dar a V. Exa.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Muito grato a V. Exa. que vem evidenciar a justiça das minhas palavras quando aludi, no início, a necessidade de iniciar o nosso Governo uma propaganda intensa sobre o benefício do consumo da castanha do Pará, nos colégios e nas Forças Armadas.

O Sr. Men de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Men de Sá — Estou imensamente agradecido ao Senador Paulo Fender por me haver esclarecido sobre os benefícios da castanha do Pará que muito aprecio. Creio que, no Senado, não há maior comedor de castanha que eu; considero-a superior a qualquer outra noz, amêndoa ou avelã. Como disse, faço dela uso diário. Estou encantado com o que o Senador Paulo Fender acaba de dizer. Sinto-me livre do raquitismo...

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. é uma robusta inteligência nesta Casa;

O Sr. Men de Sá — ... e estou convencido de que, satisfazendo ao meu paladar, presto inestimáveis serviços à minha saúde. Desejo, com este tom embora jocoso, dizer que a meu ver o Brasil tem, na castanha do Pará, uma riqueza imensa que deve ser altamente explorada. Devidamente cuidada e remetida para Europa e a Norte-América, encontraria mercados ilimitados e nos proporcionaria grande quantidade de divisas.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Grato a V. Exa. Posso afirmar que a castanha do Pará já contribui, grandemente, com uma soma apreciável de divisas para o Brasil, através da sua exportação para os Estados Unidos e Inglaterra.

Mas, o que me trouxe à tribuna, Sr. Presidente, além de focalizar o aspecto interessante do teor nutritivo da

castanha brasileira, foi salientar a necessidade de o Governo financiar, através do Banco do Brasil, os produtores da castanha da região amazônica.

Há uns trinta dias, calculadamente eu e o Deputado Armando Corrêa procuramos o Presidente da República para entregar um memorial que nos foi trazido pelos Senhores Plínio Pinheiro, presidente da Associação dos Castanheiros do Pará, pelo jornalista Augusto Morbach, dos "Diários Associados" daquele Estado, cujo objetivo era obter do Governo Federal, através do Banco do Brasil, o financiamento da produção da castanha, a fim de garantir a nossa exportação. Com o financiamento da produção e a aquisição da castanha no local, obteríamos o Governo, evidentemente, grande quantidade de divisas. No ano passado, a cotação do dólar e da libra era mais ou menos, a mesma do ano vigente. Acontece que o hectolitro da Castanha era cotado a quatro mil e duzentos cruzeiros; atualmente, com a mesma cotação do dólar, castanha está sendo adquirida, nos mercados do interior do Amazonas a dois mil e cem cruzeiros, ou seja pela metade do preço anterior.

E porque não há estímulo ao produtor, vai-se desperdiçar grande parte da produção da castanha, cuja colheita é feita, geralmente pelo caboclo, no Estado. Estamos, pois, na eminência de perder essa grande contribuição, além de ver diminuída, a apanha pelas enchentes do Tocantins no interior do Estado, onde se cultivava a castanha. Recebi do Deputado Manoel Reis Ferreira, Presidente da Associação Rural do Estado do Pará, o seguinte telegrama a respeito do assunto:

"Senador Joaquim Lobão da Silveira /

Palácio do Congresso Brasília — Distrito Federal.

Em nome das classes rurais do Pará, agradecemos a valiosa colaboração prestada ao nosso digno companheiro de ideal ruralista, Plínio Pinheiro, Presidente da Associação Rural de Castanheiros do Pará, facilitando-lhe a entrega de um memorial ao Presidente João Goulart. Ao ensejo, solicitamos os bons ofícios do Ilustre parlamentar, ao sentido de encontrar solução satisfatória para as reivindicações objeto do referido memorial. Saudações ruralistas. Deputado Reis Ferreira — Presidente da FAREP".

Sr. Presidente, este é o apelo que nesta hora reitero ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que seja olhado com mais atenção, maior dedicação e entusiasmo a necessidade do financiamento imediato para a castanha. Minha reivindicação de hoje, ontem fê-la o nobre Senador Manoel Vieira em favor da luta da malva, daquela região.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Há uns três dias, estive conversando com o Presidente do Banco do Brasil, um bom gaúcho que se está conduzindo muito bem na direção do nosso mais importante estabelecimento de crédito. Falou-me S.ª das visitas que ora realiza aos Estados a fim de sentir-lhes in loco as necessidades para propiciar ajuda ao desenvolvimento das riquezas do País através do Banco do Brasil. Tanto assim que, com esse objetivo, há uma semana, aproximadamente, esteve S.ª em Goiânia com uma equipe de funcionários do Banco do Brasil. Estou certo de que o apelo de V. Exa. receberá de parte do Sr. Presidente da República, do Sr. Primeiro Ministro e do Presidente do

Banco do Brasil, a consideração que o Estado do Pará merece e a que V. Exa. como brilhante representante paraense, az jus. A produção de castanha do Pará, como siso da Paraíba, do algodão de Pernambuco e do óleo de olivicultura que estamos exportando, precisa ser assistida convenientemente a fim de carrear-se divisas para o nosso País. A castanha do Pará merece a atenção do Governo e por isso em meu nome e no de meus colegas da Paraíba, damos inteiro apoio ao discurso de V. Exa.

O Sr. Paulo Fender — É valiosa a colaboração do nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Agradeço ao nobre Senador Ruy Carneiro suas palavras de estímulo.

Há meses visitei o Presidente do Banco do Brasil de quem formei a melhor impressão. Sei que é homem do interior, acostumado a sentir as nossas necessidades, diferentes das dos que vivem no asfalto. Com o lúcio, faço distinção entre homens do interior e homens da capital. Aquêles sentem nossas misérias e agruras enquanto que os homens da capital vivem em outro mundo, alheios a realidade brasileira.

Julgo o Presidente do Banco do Brasil homem criado no ambiente de nossas realidades. O que espero S.ª atenderá nossas justíssimas reivindicações.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Com muita honra.

O Sr. Ruy Carneiro — Estou absolutamente certo de que o Sr. Ney Galvão, Presidente do Banco do Brasil, se enquadra na classe de homens que sentem os problemas brasileiros.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Concordo com V. Exa e transito ao Sr. Ney Galvão meu vivo apelo no sentido de que as pretensões da Região Amazônica sejam encaradas com seriedade, porque não se trata aqui apenas de um problema econômico da Região, ou do País, mas essencialmente de um problema social, da população que ali vive e mora, abandonada, mas defendendo as fronteiras e a soberania do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Afrânio Lages, por cessão do nobre Senador Guido Mondim.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

(Lê):

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

Nos dias críticos que estamos vivendo a exigir de nós o máximo esforço para a salvaguarda das instituições democráticas, teremos, sem dúvida, de encarar com seriedade um setor de atividades que se situa como um dos pontos de estrangulamento da infra-estrutura econômica do país. Refiro-me, Senhor Presidente, ao sistema de transportes que, dentro da desorganização em que vive, principalmente, no que diz respeito ao ferroviário e ao marítimo, vem estiolando as iniciativas privadas, impedindo o fortalecimento do nosso comércio interno, sugando as parcas divisas que conseguimos obter com a colocação de nossos produtos no mercado externo e o que é mais grave concorrendo de maneira incisiva para o crescimento avassalador da espiral inflacionária através não só dos aumentos das tarifas mas das solicitações cada vez maiores de suprimentos às arcas do Tesouro Nacional, suprimentos que atingem a mais de 20% da receita da União.

Na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional o Presidente da República reconhece a seriedade da matéria e a premência da reorganização

a ampliação daqueles meios de transporte, de maneira a obter-se a eficiência necessária. Figurando no déficit da União para 1962, estimado em 329 bilhões de cruzeiros pelo Ministro Walter Moreira Sales, com a respectável parcela de 86 bilhões de cruzeiros, constitui para nós motivo de reparo não constar do Plano de Combate à Inflação, elaborado pelo Ministro da Fazenda e aprovado pelo Conselho de Ministros, a adoção de qualquer providência com o objetivo de reduzir a participação das ferrovias e da Marinha Mercante naquele déficit.

Não ignoramos, Senhor Presidente, que a matéria é complexa e que está a exigir um planejamento seguro que venha por termo ao descalabro reinante. Mas, se com relação às ferrovias, a Rede Ferroviária Federal S.A. e o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, vêm adotando com algum êxito medidas para a eliminação gradual dos fatores negativos e assentando como pontos básicos da recuperação ferroviária nacional a supressão de ramais antieconômicos, a racionalização dos efetivos de pessoal, a dieselização da tração, o transporte de minérios e o reajustamento tarifário, pouco ou quase nada se tem feito em relação ao transporte sobre águas. Apenas o Fundo de Marinha Mercante vem conseguindo manter em atividade os estaleiros de construção naval enquanto o incansável Ministro Virgílio Távora, nos poucos meses em que se acha à frente do Ministério da Viação, acelera a execução do Plano Portuário Nacional, que, elaborado para os anos de 1959 a 1962, inexplicavelmente, não vinha tendo o desenvolvimento que merecia.

O transporte sobre águas no Brasil (marítimo, fluvial e lacustre), apesar da importância extraordinária que merece dada a enorme extensão da nossa orla marítima e da rede fluvial e lacustre em grandes regiões interiores, se apresenta numa situação de verdadeiro descalabro, convertendo-se a nossa Marinha Mercante num cancro das finanças e da economia nacional. O decréscimo da tonelagem em serviço, apesar dos lançamentos de novas embarcações construídas pelos estaleiros nacionais, vai se tornando alarmante. A Comissão de Marinha Mercante possui dados positivos a esse respeito. Assim em janeiro de 1960, a tonelagem geral compreendendo não só o Lóide Brasileiro e a Costeira mas duas outras empresas particulares, era de 361.881. Abatendo-se dessa cifra a tonelagem retirada do tráfego, a tonelagem total em serviço atingiu apenas 240.661. Números navios do Lóide e da Costeira, principalmente do primeiro, permanecem por meses a fio nos estaleiros das ilhas do Mocangue e do Viana, aguardando reparos que nunca são feitos. Em julho de 1961, o Lóide possuía em condições de navegabilidade apenas 43 navios dos quais a metade estava em ou aguardando obras. Dentre tais embarcações algumas, como o Comandante Capela e o Ascânio Coelho, depois de gastos enormes para sua recuperação não voltaram ao tráfego e talvez tomem o rumo dos "forões de Volta Redonda". A situação de lá para cá não melhorou. O Lóide abandonou a navegação de cabotagem e passou a fazer, com exclusividade, a navegação de longo curso, utilizando grande número de embarcações de bandeira alienígena sob o regime de fretamento e pagando em moeda forte. A Costeira, embora haja recebido tempos atrás alguns navios novos, não tem exercitado a navegação de cabotagem de modo a atender às necessidades do nosso comércio interno. Se não fora os pequenos navios mantidos em tráfego por alguns particulares de certo que estaríamos a aumentar o

desequilíbrio da nossa balança cambial com os fretes pagos a navios estrangeiros, empregados, como recurso extremo, na navegação de cabotagem.

De ano para ano os portos brasileiros registram um decréscimo na frequência de embarcações nacionais e alguns deles se vêem excluídos definitivamente das escalas. A pequena cabotagem que no Nordeste do país se fazia por meio de barracas e lates foi sendo prosaída, pouco, em face das exigências das chamadas leis sociais e trabalhistas, acarretando com isso o desaparecimento dos pequenos estaleiros sediados naquela região. E, por incrível que pareça, o transporte rodoviário vem substituindo o sobre águas, levando mercadorias do extremo sul para o Nordeste e vice-versa embora o frete cobrado concorra para a elevação do preço das mercadorias transportadas sem se falar no maior consumo do petróleo que ainda não possuímos para as nossas necessidades.

O mal vem de longe. Tem-se dito nasceu com o Lóide Brasileiro, em 1890, quando se constituiu pela reunião de companhias subvencionadas e cujas embarcações apresentavam grande variedade de tipos e de idade. Jamais se elaborou um plano completo e adequado de renovação do material daquela empresa, ficando aos azares da descontinuidade administrativa, ditada pelas substituições de seus dirigentes para satisfação de interesses políticos e pelo do que isso sem se preocupar com o auferimento de receita suficiente ao custeio de seus serviços. Empresa do governo, os usuários em grande número não remuneravam os serviços prestados. Mais tarde, ao Lóide veio juntar-se a Costeira. E de lá para cá, os continuos reajustamentos salariais e o empreguismo selaram de maneira definitiva o destino das mesmas. O comandante Fernando Frota, com muito espírito afirma, que as empresas oficiais, as mais poderosas, se transformaram em "repartições públicas em que acontece haver navios". Vale referirmos de passagem a um fato que bem define a atual situação das empresas oficiais. Ninguém ignora a deficiência cada vez mais acentuada no transporte de passageiros pelos navios de cabotagem. No ano de 1928, a Costeira oferecia cerca de 3.500 acomodações nos 21 navios de passageiros que possuía, sendo a nossa população, na época, de 32.000.000 de habitantes. Em 1959, reduzida sua frota de navios de passageiros a 7 unidades, apenas pôde oferecer 1.500 acomodações para atender a uma população de cerca de 70.000.000 de pessoas. E o Lóide Brasileiro mantinha, até bem pouco tempo, apenas dois navios de passageiros — o Almirante Alexandrino e o Raul Soares. Daí as filas constantes para as compras de passagens nos guichês dessas empresas e o desenvolvimento do transporte rodoviário através de ônibus e dos caminhões "peus de arara", sem o mínimo conforto e cobrindo longas distâncias. O Ministro Lúcio Meira, na Exposição de Motivos sobre o Fundo de Marinha Mercante, assinalou a importância do tráfego de passageiros, na cabotagem, atribuindo ao mesmo a "função de elo importante da unidade nacional, e esclarecendo que, segundo revelam as estatísticas, para cada passageiro atendido, três outros são recusados por falta de acomodações nas empresas de transportes marítimos. Sentido a agudeza do problema, a administração passada encomendou a construção de quatro navios de passageiros, dois em estaleiros da Espanha e os restantes na Jugoslávia. Os navios estão quase prontos e alimentava-se a esperança de que seriam postos a trafegar dentro de breve tempo, nas costas brasileiras. Com surpresa, porém, notícias vêm sendo divulgadas de que aquelas embarcações serão entregues — duas

ao Lóide para o estabelecimento de uma linha de turismo com os Estados Unidos e às restantes à Costeira, que, segundo o seu superintendente, tem ideia também de estabelecer uma linha de longo curso. Em requerimento que estamos a dirigir ao Senhor Ministro da Viação, Obras Públicas, por intermédio da Mesa do Senado, pedimos esclarecimento acerca de tais notícias e se compraria a sua veracidade, voltaremos a alguma desta Casa para defender os interesses de milhares de brasileiros que serão prejudicados com a destinação que se pretende dar. Tais linhas não disputam a preferência de passageiros que se destinem às viagens atlânticas, não têm sentido na medida em que teriam de vencer a concorrência de empresas estrangeiras e, em qualquer caso, mais fortes mas principalmente pela queda que se observa no transporte marítimo a longa distância, como salienta o magazine "The Economist" de 16 de fevereiro último em detalhe do transporte aéreo e encurtar a maneira sensível as distâncias. A Tribuna da Imprensa, edição de 10 de julho do ano passado comentou que existiam no Lóide cerca de 100 mandantes e 150 imediatos. Também se comprovou, recentemente, maneira mais gritante ainda o descalabro existente naquela empresa a dado que o número de seus navios não atinge a meia centena.

Já se tem dito e repetido que de nada vale adquirir navios novos e cuidar da construção naval, se se não proceder à completa reforma da estrutura jurídica e administrativa do Lóide e da Costeira, livrando-se da órbita estiolante do serviço público e criando o regime de amparo e incentivo à iniciativa privada.

Ora, existe na outra Casa do Congresso Nacional, o projeto de lei número 3.389-61, oriundo de Mensagem do ex-Presidente Jânio Quadros, autorizando o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações para exploração dos serviços de navegação de cabotagem e longo curso, aproveitando o acervo do Lóide Brasileiro e da Costeira. A referida proposição encontra-se na Comissão de Transportes e é seu relator o ilustre deputado Paiva Muniz. Queremos, portanto, depois de tudo quanto ficou dito e que aliás é do conhecimento de todos, endereçar um caloroso apelo ao digno deputado Paiva Muniz, relator do projeto 3.389-61, que ofereça o seu parecer e aos líderes partidários para que assegurem a votação de matéria de tão excepcional importância no regime de urgência, possibilitando ao governo a reforma estrutural, jurídica e administrativa, de órgãos que vêm agravando a crise em que nos debatemos quando poderão ajudar de maneira incisiva a recuperação da nossa economia e das nossas finanças tão debilitadas. Aqui, portanto, o nosso apelo que não visa o intrometimento em assuntos da esfera da Câmara de Deputados mas sim o interesse de servir à Nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Em meio ao discurso do Sr. Afrânio Lages o Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Novais Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Sem revolta do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, faleceu há dois dias, na cidade do Rio de Janeiro, onde se domiciliava, após longa vida dedicada ao comércio e às duras lides do campo, o cidadão Orozimbo de Souza Bueno, o eminente brasileiro era progenitor do nosso distinto colega Coimbra Bueno.

Pego, portanto, a V. Ex.^a, Sr. Presidente que se dirija, em nome do Senado da República, ao nosso eminente

collega e à sua família, dizendo do nosso profundo pesar e da nossa solidariedade na hora em que sofre essa dura e irreparável perda.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Pego venia a V. Ex.^a para solidarizar-me, em meu nome pessoal e no do Partido Social Democrático, a homenagem que presta à memória do progenitor do nobre Senador Coimbra Bueno, O Sr. Orozimbo de Souza Bueno, comerciante correto e digno viveu muitos anos na cidade de Rio Verde, em Goiás, onde era muito estimado, faz jus portanto a homenagem que Vossa Ex.^a presta.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Nobre Senador Daniel Krieger, solidarizo-me com a manifestação de pesar que V. Ex.^a insere nos Anais do Senado Federal, pelo infausto acontecimento, iminando-me com o nosso eminente e caro colega Senador Coimbra Bueno, no momento crucial que atravessa pela perda irreparável do seu progenitor.

Há ainda a circunstância — e quero focalizá-la para marcar este aparte — de que era espírito-santense o pai do Senador Coimbra Bueno, membro de uma das mais eminentes famílias capixabas. Assim, por essa circunstância especial, bem como pelos dotes pessoais que a caracterizavam, o ilustre morto, aqui deixo minha solidariedade a homenagem que V. Exa. presta à sua memória, neste momento. Esta solidariedade é não apenas pessoal, mas também da Seção estadual do Partido Social Democrático do Espírito Santo.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho — Trago minha solidariedade às palavras que V. Ex.^a, com a propriedade de sempre, ora pronuncia, manifestando o pesar e a mágoa do Senado da República pelo falecimento do progenitor do eminente Senador Coimbra Bueno. Também a Seção do Partido Social Democrático da Guanabara associa-se a esta homenagem à memória do Chefe da ilustre família, de tão alta significação social e cultural no Estado de Goiás.

O Sr. Paulo Fender — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Paulo Fender — Desejo significar a V. Ex.^a a solidariedade e o pesar do Movimento Trabalhista Renovador, que louva o justo necrológio que V. Exa. ora faz para homenagear esse grande brasileiro, pai do nosso nobre e ilustre colega Senador Coimbra Bueno.

O Sr. Barros Carvalho — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — com satisfação.

O Sr. Barros de Carvalho — o Partido Trabalhista Brasileiro associa-se ao pesar que V. Ex.^a acaba de manifestar perante a Casa, com tanta justiça. O ilustre morto era, realmente, homem cheio de méritos, chefe de família pioneira que soube dignificar o Estado de Goiás, abrindo os primeiros caminhos de sua civilização. Sentimo-nos compungidos com esse acontecimento e trazemos nossa solidariedade às palavras de V. Ex.^a

O Sr. Ruy Carneiro — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Em meu nome e em nome do Partido Social Democrático da Paraíba, solidarizo-me com V. Ex.^a na homenagem que ora presta à memória do genitor do

nosso ilustre colega Senador Coimbra Bueno, homem bom, patriota, muito estimado por todos os seus compatriotas. Sentimos o rude golpe que acaba de ferir o seu coração de filho dedicado. Associamo-nos, pois a homenagem de pesar que V. Ex.^a requer, da tribuna do Senado.

O Sr. Sebastião Archer — O nobre orador permite um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Com prazer.

O Sr. Sebastião Archer — Associamo-nos às palavras de pesar de V. Ex.^a pelo falecimento do pai do nosso ilustre colega Senador Coimbra Bueno. Era um velho amigo meu, homem de valor e muito estimado, com quem sempre mantive as melhores relações.

O SR. DANIEL KRIEGER — Senhor Presidente, agora não mais falando em nome apenas da Bancada da União Democrática Nacional, mas em nome de todo o Senado da República pelos expressivos depoimentos que ilustram meu discurso, reitero a V. Ex.^a o requerimento que inicialmente formulei no sentido de que se telegrafe a família enlutada, significando o profundo pesar desta Casa pelo desaparecimento do seu eminente chefe. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa acolhe a solicitação do Senador Daniel Krieger e tomará as devidas providências. (Pausa).

Nos termos do artigo 163, parágrafo 2º do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR GILBERTO MARINHO PRONUNÇA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do artigo 163, parágrafo 2º, do Regimento Interno, tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acaba o Brasil de fazer boa figura na Conferência de Desarmamento de Genebra, através do Chanceler Santiago Dantas.

Não poderia deixar de tecer comentários à atuação brilhante da Delegação brasileira quando leio nos jornais os primeiros pronunciamentos emitidos na Europa por aquele nosso ilustre patricio.

Dias antes desse conclave, li também na imprensa de nosso País comentários, senão desairosos, pelo menos reticentes com relação ao que se chamou de atuação diferente do Chanceler San Tiago Dantas, atribuindo-se-lhe a mania de discurrir ou divergir em conferências internacionais.

Sr. Presidente, a Conferência era de desarmamento, e o Brasil ali estava representando setenta milhões de almas e, mais do que isto, as populações dos países chamados, na Conferência, não alinhados; países que tinham a liberdade de, naquela Assembleia, opinar e formular apelos pela paz universal.

Mas não era somente essa autoridade que o Brasil possuía. E' preciso que se diga, Sr. Presidente, que se o Brasil não é um país armado atomicamente, é, entretanto, um dos maiores países uraníferos do mundo. Por conseguinte é país que tem autoridade para falar numa conferência de energia atômica.

Nacionalistas deste País, nos termos batido pelo respeito às nossas reservas de minerais atômicos, e através dos debates que se tem travado no Parlamento e na imprensa, pôde até o Conselho de Segurança Nacional denunciar acordo pre-existente, que de certa forma prejudicava a política de minerais radioativos que o Brasil de-

veria adotar. Assim agindo, aquele órgão do Governo procedeu, a meu ver, ao ver dos nacionalistas, muito justificadamente.

Sabemos que a política de energia nuclear que o Brasil há de necessariamente adotar, é aquela que se bate pela investigação pertinaz e minudente das nossas reservas de minerais físeis, e, além da investigação, a avaliação dessas reservas. Este o primeiro ponto, e o segundo, quando dispusermos de recursos para o importante mistér, beneficiar os minerais explorados reduzindo-os e refinando-os, a fim de que possamos, através de reatores de energia nuclear, transformá-los em minerais físeis.

Essa a política de energia nuclear por que se bate o Brasil, muito antes da Conferência de Genebra. Não somos país que tenha ido àquela Conferência para, nada tendo a ver com o assunto, dar opinião. Somos celeiro dos materiais necessários à energia atômica. Temos, por conseguinte, a autoridade fundamental a que não se referiu, na sua modéstia e na sua talvez cautela diplomática, o ilustre Ministro San Tiago Dantas.

Congratule-mo-nos, portanto, com S. Ex.^a, por mais esta atuação desassombrada, por mais esta demonstração que dá ao mundo da independência e da altivez do Brasil.

Diz S. Ex.^a, numa das suas declarações:

SAN THIAGO

E o nosso papel: descobrir que acordo eles desejam fazer, e o acordo que eles desejarem fazer, às nações não alinhadas, aqui presentes, em Genebra, têm o dever de favorecer. Então, poderemos fazer com que o mundo se livre de uma competição extremamente perigosa, que é talvez, o ponto em que mais constantemente se arrisca o futuro da humanidade e, ao mesmo tempo, de um efeito danoso ao futuro da nossa espécie, qual seja a contaminação da biosfera pelos resíduos radioativos que, no presente estado de tecnologia, são deixados por essas explosões. O Brasil, está, portanto, aqui, consciente do seu papel, consciente do seu dever, vivendo como lhe compete no seio das nações que o convocaram para trazer a sua contribuição construtiva a esta Conferência. Esta contribuição nós a traremos, certos de que ela traduz o sentimento do nosso povo e de que, ao apresentarmos as nossas idéias e ao oferecermos a nossa boa-vontade, estamos fazendo aquilo que de nós espera o povo brasileiro.

Mas acima, nas suas declarações, lê-se também o seguinte:

"O Governo brasileiro não compareceu a Genebra para adotar uma atitude abstencionista. Se assim fosse não teríamos vindo".

Portanto, Sr. Presidente, foi patriótica, foi lógica a atitude do Ministro San Tiago Dantas, mais uma vez, em conferências internacionais. A palavra do Brasil foi bem ouvida. A palavra do Brasil foi bem meditada. A palavra do Brasil foi examinada e foi mesmo muito considerada na Conferência de Genebra, segundo telegramas que ali em jornais estrangeiros. Criticaram o Ministro porque não seguiu uma linha tradicional na diplomacia brasileira, diplomacia até aqui com algumas restrições caudatárias.

Falta de independência é recuar o Brasil a tempos que já se não compadece esta era de grandes reivindicações partidas do coração do povo, da consciência do povo; não para os brasileiros que com elas vivem em consonância, mas para com aqueles que comerciam com o Brasil, que negociam com o Brasil, que tratam

com o Brasil e que devem respeitar o Brasil.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO TENDER — Com muita honra receberei o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Novaes Filho — Associamo-nos às referências elogiosas que V. Ex.^a está fazendo ao chanceler San Tiago Dantas, de cuja amizade me honro, mas peço permissão para fazer restrição ao que V. Ex.^a declara, sobre o Itamarati fazer política caudatária. Foi Ministro de Estado do eminente Presidente Dutra e posso afirmar a V. Ex.^a que seu governo nunca fez política caudatária; agiu sempre de acordo com as tradições da diplomacia brasileira, sobretudo adotando a política de defesa do ideal democrático, que sempre animou a consciência de todo bom brasileiro. Lembro também a V. Ex.^a que o saudoso Presidente Getúlio Vargas — eu, pelo menos, assim o considero — foi chefe de Estado que se fez respeitar pelas suas atitudes, pelo seu decoro e pelas suas diretrizes. Assim também não mereceria a acusação de, no seu longo período governamental, ter feito política externa caudatária.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado pelo aparte opinativo de V. Ex.^a.

Não me referi à política exterior brasileira no que ela tem de louvável na linha tradicionalista. Respeito e admiro o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e tantos outros mentores dessa linha.

O Sr. Novaes Filho — Dois homens — programas, sem favor.

O SR. PAULO FENDER — Diz bem V. Ex.^a. Quando disse caudatária não fui, talvez, muito feliz na expressão. Sou homem de frases aperfeiçoadas a martelo, com oratória às vezes um pouco áspera, sem aquela finesse que caracteriza a linguagem dos diplomatas, mas é evidente que quis aludir à política de bloco a que o Brasil por tantas e tantas vezes se tem filiado, quando se discutem problemas universais, sem embargo de restrições notáveis que ali se têm registrado, como foi, por exemplo, a palavra de Ruy em Haia.

Sr. Presidente, dizíamos que o Ministro San Tiago Dantas não só defendia setenta milhões de brasileiros, como toda a humanidade. Estamos vendo, apenas em superfície, o que acontece ao mundo com as experiências atômicas realizadas e a repercussão na bio-esfera dos chamados resíduos radio-ativos.

O que será a humanidade de futuro, se mesmo não havendo guerra real, haja indefinidamente essa guerra fria, imaginária, com que se ameaçam os povos uns aos outros? Para isso experimentam armas atômicas que contaminam a atmosfera.

Dizem os jornais de Medicina que, na Itália, pela primeira vez na História da biologia, nasceu uma criança sem olhos; havia ausência total de globos oculares nessa criança.

A que devemos atribuir esta catástrofe embrionária que atinge tão inelutavelmente a um ser humano? Podemos atribuí-la às condições meteorológicas, às condições cósmicas — digo melhor — às condições modificadas necessárias e compreensivelmente pelas provas nucleares que estão contaminando a bio-esfera.

Foi, portanto, em nome da humanidade que agiu o Ministro Santiago Dantas e não somente em nome do Brasil, levando sua palavra de compreensão aos povos que se dignariam com os problemas da energia nuclear, mas em nome da paz universal.

Por conseguinte, Sr. Presidente, congratule-me com o Ministro Santiago Dantas e com a Embaixada Brasileira que chefiou, pela brilhante e necessária atuação que teve em Genebra, na Conferência de Desarmamento. (Muito bem; muito bem).

Enquanto discursava o Sr. Paulo Fender o Sr. Novaes Filho deixa a Presidência, reassumindo-a o Sr. Moura Andrade.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido.

E' lido e apoiado o seguinte.

Requerimento nº 73, de 1962

Com fundamento no artigo 164 do Regimento Interno, requeremos que o expediente da sessão de 23 do corrente seja dedicado a comemorar o centenário do nascimento do grande brasileiro que foi o Senador Alexandre Barbosa Lima, que tão marcante papel desempenhou no cenário político brasileiro e tanto honrou esta Casa, como representante do Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 21 de março de 1962. — Barros Carvalho — Daniel Krieger — Novaes Filho — Jefferson de Aguiar — Ary Vianna — Nelson Maculan — Gilberto Marinho — Mem de Sá — Jorge Maynard — Pedro Ludovico.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Artigo 236 do Regimento Interno, a matéria será votada ao fim da Ordem do Dia.

Passe-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1961 (nº 4.831, de 1959, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1958 (redação oferecida pela Comissão de Redação com seu Parecer nº 31, de 1962).

O SR. PRESIDENTE:

A matéria teve sua discussão encerrada na sessão de 26 de fevereiro último.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

E" a seguinte a redação final aprovada, que vai à Câmara dos Deputados:

PARECER Nº 31 DE 1962

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1961 (nº 4.801-C-59, na Casa de Origem).

Relator: Ary Vianna.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1961 (nº 4.801-C-59, na Casa de Origem), que retifica, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício de 1958.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1962. — Lourival Fontes, Presidente — Ary Vianna, Relator — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 31 DE 1962

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1961 (nº 4.801-C-59, na Casa de Origem), que retifica, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício de 1958.

EMENDA Nº 1

(de redação)

A ementa.

Dê-se a seguinte redação à ementa do projeto:

"Retificar, sem ônus, as leis orçamentárias ns. 3.527, de 3 de dezembro de 1957, 3.487, de 10 de dezembro de 1953 e 3.324, de 10 de dezembro de

1960, que estimam a receita e fixam a despesa da União para os exercícios financeiros de 1958, 1959 e 1961, respectivamente."

EMENDA Nº 2

(Corresponde às emendas ns. 1 e 2 de Plenário e Subemenda da C.J. à emenda nº 1 de Plenário)

Entre os artigos 2º e 3º do projeto acrescenta-se mais um artigo com a seguinte redação:

"Art. ... fica, igualmente retificada, na forma abaixo, a Lei nº 3.834, de 10 de dezembro de 1960, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1961:

4 — Poder Executivo.
4.14 — Ministério da Educação e Cultura
04 — Conselho Nacional de Desportos, 2.01.03 — Subvenções Extraordinárias.

Onde se lê:

Pará:

1 — Liga Esportiva de Bragança, filiada à Federação Paraense de Desportos — Bragança — Cr\$ 150.000,00.
2 — Federação Infanto-Juvenil do Pará — Belém — Cr\$ 350.000,00.
3 — Federação Pernambucana de Desportos — Cr\$ 450.000,00.

Leia-se:

1 — Liga Esportiva de Bragança, filiada à Federação Paraense de Desportos — Bragança — Cr\$ 150.000,00.
2 — Federação Infanto-Juvenil do Pará — Belém — Cr\$ 350.000,00.
3 — Federação Paraense de Desportos — Cr\$ 450.000,00.
4 — Poder Executivo.

4.14 — Ministério da Educação e Cultura
Adendo "E".

Fundo Nacional do Ensino Médio.

Onde se lê:

21 — Rio de Janeiro.
Ginásio Municipal Rio das Flores — Cr\$ 200.000,00;

Leia-se:

Ginásio Santa Teresa de Rio das Flores — Cr\$ 200.000,00.

4 — Poder Executivo.

4.20 — Ministério da Saúde
Adendo "B".

Subvenções extraordinárias.
21 — Rio de Janeiro.

Onde se lê:

Associação dos Serviços Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Hospital) — Niterói — Cr\$ 350.000,00;

Leia-se:

Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 350.000,00.

Onde se lê:

Hospital dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro — Niterói — Cr\$ 50.000,00;

Leia-se:

Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 50.000,00.

Adendo "D".

Departamento Nacional de Saúde
21 — Rio de Janeiro.

Onde se lê:

Hospital dos Servidores da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro — Niterói — Cr\$ 200.000,00;

Leia-se:

Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 200.000,00.

Parecer publicado no Diário do Congresso Nacional — (Seção II), de 2 de fevereiro de 1962.

O SR. PRESIDENTE:

Designo, para acompanhar a matéria nas Comissões competentes daquela Casa, o nobre Senador Daniel Krieger.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 6, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Argemiro Batista para o cargo vago de Guarda de Segurança, símbolo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria teve sua discussão encerrada na sessão de 26 de fevereiro último.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão Diretora para redação final:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1962

Nomeia José Argemiro Batista para o cargo vago de Guarda de Segurança do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado de acordo com o artigo 83, letra c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo de Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Argemiro Batista.

Votação em discussão única da redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1962, que altera os artigos 40, § 1º, e 45, nº III, do Regimento Interno (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 42, de 1962).

O SR. PRESIDENTE:

A matéria teve sua discussão encerrada na sessão anterior.

O presente Projeto de Resolução nasceu em virtude de parecer exarado pela Junta Comissão de Constituição e Justiça sobre representação do Governador Carlos Lacerda e da União Democrática Nacional.

A alteração substancial que propõe a Comissão ao Regimento Interno é no sentido de que haverá a convocação do Suplente, sempre que o afastamento do exercício do mandato for por mais de noventa dias para desempenho de missão diplomática de caráter transitório, ou participação, no estrangeiro, em Congressos, conferências e missões culturais. (Const., art. 49).

Anteriormente, o Senador, na participação dessas missões, conferências ou no desempenho de qualquer responsabilidade diplomática, não tinha necessidade de solicitar licença, e não era convocado o Suplente.

Em votação a Redação Final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte a redação final aprovada, que vai à publicação:

PARECER Nº 42, DE 1962

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1962.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1962, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 23 de fevereiro de 1962. — Sérgio Marinho, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Daniel Krieger. — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 42, DE 1962

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1962 que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1962

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 1º O § 1º, do art. 40 e o nº III, do art. 45, do Regimento Interno do Senado (Resolução nº 2, de 1959) passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40.

§ 1º O requerimento, que deverá mencionar o prazo de afastamento do Senador, será lido no Expediente e encaminhado à Comissão competente para sobre ele emitir parecer.

Art. 45.

III — afastamento do exercício do mandato:

a) por mais de 90 (noventa) dias para desempenho de missão diplomática de caráter transitório, ou participação, no estrangeiro, em Congressos, conferências e missões culturais (Const., art. 49);

b) por qualquer tempo, para desempenho das funções de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito do Distrito Federal (Const., art. 51 e Emenda Constitucional nº 3, art. 4º).

Art. 20. Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paraiba de um edifício público que fosse considerado verdadeiro Palácio dos Correios e Telégrafos. E' um prédio grande, e quem conhece a capital paraibana há de ratificar minhas declarações. A construção honra João Pessoa. E' situada num quarteirão ao lado da Praça Pedro Américo.

Sr. Presidente, não sei de quem a culpa, mas a falta de cuidado aliada a chuvas abundantes, pois na faixa litorânea do Nordeste não há seca, deixaram o prédio em ruínas.

Venho recebendo reclamações a respeito. Já, mesmo, pedir providências ao Sr. Ministro da Viação e ao Coronel Dagoberto Rodrigues, Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, quando li, hoje, no "Correio Brasileiro", um telegrama procedente de João Pessoa, em que o correspondente do jornal diz que o prédio está na iminência de desabar, com perigo de vida de seus funcionários.

O edifício, sendo muito grande, comporta várias repartições federais.

A minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente, teve o intuito de dirigir um apelo ao Ministro da Viação e Obras Públicas, Sr. Virgílio Távora e ao Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, no sentido de que providências imediatas sejam tomadas.

Seria aconselhável o envio de um engenheiro da confiança do Departamento e do Ministério, à capital paraibana, a fim de examinar as condições em que se encontra o edifício e salvá-lo, antes que ocorra uma catástrofe com perdas de vida e prejuízos para a Nação, o que seria uma profunda mágoa para nós paraibanos.

Sr. Presidente, solicito encaminhe V. Ex.ª ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com a autoridade que tem — a Mesa do Senado, este apelo a fim de que providências sejam tomadas em caráter urgente. (Muito bem).

Discussão única do Requerimento nº 67, de 1962, em que o Sr. Senador Afonso Arinos solicita autorização, nos termos do artigo 49 da Constituição e do art. 40 do Regimento, para aceitar designação para participar, como chefe substituto, da Delegação do Brasil à conferência do Desarmamento das Nações Unidas, reunida em Genebra (requerimento dependente do parecer da Comissão de Relações Exteriores).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valadares, para emitir o Parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. BENEDITO VALADARES:

(Não foi revisto pelo orador) — O nobre Senador Afonso Arinos enviou ao Senado o seguinte Requerimento:

Tendo sido convidado a participar, como chefe substituto, da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento das Nações Unidas, a se reunir próximamente em Genebra — Suíça, solicito, nos termos do art. 49 da Constituição e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal a autorização necessária para aceitar e exercer essa missão, que deverá ter a duração de cerca de 80 dias. Sala das Sessões, 10 de março de 1962. — Afonso Arinos.

Tendo o Requerimento, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 40 do Regimento do Senado, sido enviado à Comissão de Relações Exteriores para dar parecer, fui designado seu Relator. Ex-vi do parágrafo 2º do mesmo artigo, o Parecer pode ser oral.

De acordo com o Art. 9º da Constituição Federal, o Senador pode desempenhar missão diplomática de caráter transitório. Ora a missão para a qual foi convidado o Senador Afonso Arinos é de caráter transitório e por prazo determinado. Assim, a Comissão de Relações Exteriores é favorável à aprovação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

O Parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável ao Requerimento.

Em discussão o Requerimento. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, declararei encerrada a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa).

Está aprovado.

Discussão única do Requerimento nº 68, de 1962, em que o Sr. Senador Aló Guimarães solicita autorização, nos termos do art. 49, da Constituição e do art. 40 do Regimento Interno, a fim de aceitar designação para participar dos trabalhos da Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (requerimento dependente de Parecer da Comissão de Relações Exteriores).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho, Relator do Requerimento nº 68, na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, na qualidade de Relator designado na Comissão de Relações Exteriores, deixo consignado que a Comissão nada tem a opor ao pedido de autorização que fez o ilustre Senador Aló Guimarães, para os efeitos mencionados no Requerimento que V. Ex.ª acaba de ler.

O SR. PRESIDENTE:

O Parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável.

Em discussão o Requerimento.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar usar a palavra, declararei en-
cerrada a discussão. (Pausa).
Está encerrada.
Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o
requerimento, queiram permanecer
como se acham. (Pausa).
Está aprovado.

*Discussão única do Requerimen-
to nº 69, de 1962, pelo qual o Se-
nador Senador Barros de Carvalho
solicita autorização, nos termos do
art. 49 da Constituição e do arti-
go 40 do Regimento, a fim de par-
ticipar da Comissão que acompa-
nará o Presidente da República
em sua próxima viagem aos
Estados Unidos e ao México (re-
querimento dependente de Parecer
da Comissão de Relações Exte-
riores).*

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa solicita do nobre Senador
Vivaldo Lima a designação de relator
para dar parecer sobre o Requerimen-
to nº 69.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor
Presidente, como Presidente da Co-
missão de Relações Exteriores, desig-
no o nobre Senador Afrânio Lages,
para emitir Parecer sobre o requeri-
mento em apêço.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador
Afrânio Lages, para emitir parecer,
em nome da Comissão de Relações
Exteriores.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor
Presidente, na qualidade de relator
designado para opinar sobre o pedido
formulado pelo nobre Senador Barros
Carvalho, esclareço que a Comissão de
Relações Exteriores nada tem a opor
a que seja concedida a autorização so-
licitada.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Relações
Exteriores é favorável ao requerimen-
to.

Em discussão o requerimento. (Pau-
sa).

Não havendo quem peça a palavra,
declaro encerrada a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o
requerimento, queiram permanecer
sentados (Pausa).
Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

É oportuno esclarecer que, tendo
tido necessidade de viajar para o ex-
terior antes da votação dos requeri-
mentos que acabam de ser aprovados,
os Srs. Senadores Afonso Arinos e
Afonso Arinos combinaram aguardar,
para o início do desempenho das mis-
sões que receberam do Executivo, co-
municação — que a Mesa lhes fará
imediatamente, da concessão, pelo
Senado, da autorização necessária à
aceitação e ao exercício dessas mis-
sões.

Também é oportuno esclarecer que
nos casos em apêço não cabe a subs-
tituição dos Senadores que se afas-
tam temporariamente dos trabalhos
da Casa.

A orientação seguida pelo Senado,
desde 1946, era a de não se fazer a
convocação dos suplentes em casos
dessa natureza.

Recentemente, o Senado reconside-
rou o assunto, por proposta da Co-
missão de Constituição e Justiça.

A Resolução respectiva ainda não
foi promulgada e teve a sua redação
final aprovada há poucos minutos.

Ainda, porém, que já estivesse em
vigor, só acarretaria a substituição
dos Senadores se o prazo da ausência
fosse superior a 90 dias, o que não
ocorrerá.

A Presidência, esclarece que em am-
bos os casos não cabe a substituição
dos Srs. Senadores que se afastaram
dos trabalhos da Casa. A orientação
seguida pelo Senado, desde 1946, era
não fazer convocação de suplentes em
casos dessa natureza. O Senado aca-
ba de reconsiderar o assunto, por pro-
posta da Comissão de Constituição e
Justiça. Todavia, a Resolução nº 5,
que ainda não foi promulgada mas
se-lo-á amanhã, estabelece que o pra-
zo de afastamento, que possibilita a
convocação de suplente, é de noventa
dias.

O nobre Senador Afonso Arinos em
seu requerimento pede afastamento
pelo prazo de oitenta dias, pelo que
a Presidência não poderá convocar o
suplente.

O mesmo caso ocorre com o nobre
Senador Alô Guimarães, que requereu
afastamento pelo prazo de quinze
dias.

Votação, em discussão única,
do Requerimento nº 70, de 1962,
em que os Srs. Senadores Afrânio
Lages (Lider, em exercício,
da União Democrática Nacional)
e Gilberto Marinho solicitam ur-
gência, nos termos do art. 330,
letra c, do Regimento Interno,
para o Projeto de Lei da Câmara
nº 4, de 1962, que dispõe sobre
a eletivação de servidores inte-
rinos das outras providências.

Em votação.
Trata-se de urgência em regime
comum.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, mesmo em situação
de urgência comum, não me pare-
ce justificável a urgência para es-
tudo do projeto, que efetiva inter-
inos. Trata-se de proposição que so-
freu, na Câmara, uma tramitação
demorada e, até de certa maneira,
agitada. Tenho informações de que
o projeto não saiu satisfatoriamente
reduzido no sentido da boa técni-
ca legislativa. Não digo do ponto
de vista do mérito, porque difícil,
neste País, realmente, é estabelecer
medida de equidade em relação a
funcionários públicos.

Tenho conhecimento pessoal de fun-
cionários que estão interinos no Ser-
viço Público há mais de dez, quinze
— e, possivelmente, vinte anos. Mas,
quando o Congresso Nacional cogita
de medida que pode ser considerada
de justiça, ele espelha de tal ma-
neira essa providência que, então, já
não há distinguir entre interinos de
quinze anos e de dois meses.

De modo que a urgência, a meu ver,
vai impossibilitar o Senado de exami-
nar, com o cuidado que deveria, o
projeto em causa.

Colarei, pois, contra a urgência.
(Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento.
Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer como se encon-
tram. (Pausa).

Aprovado.
O projeto entrará na Ordem do
Dia da terceira sessão ordinária sub-
sequente a esta.

*Votação, em discussão única, do
Requerimento nº 71, de 1962, em
que os Srs. Lima Teixeira (Lider
da Maioria em exercício), Lobão
da Silveira e Pedro Ludovico so-
licitam urgência, nos termos do
art. 330, letra c, do Regimento
Interno, para o Projeto de Lei
da Câmara nº 128, de 1959, que
autoriza o Poder Executivo a
abrir o crédito especial de
Cr\$ 3.000.000,00 em favor do Hos-
pital Espírito André Luiz, de Be-
lo Horizonte.*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento.
Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram conservar-se como se en-
contram. (Pausa).

Aprovado.
O projeto entrará na Ordem do Dia
da terceira sessão subsequente a esta.

Srs. Senadores, foi lido, ao início
da Ordem do Dia, para ser discutido
e votado nesta fase da sessão, o Re-
querimento nº 73, do nobre Senador
Barros Carvalho e outros, Srs. Sena-
dores.

Em discussão o Requerimento.
(Pausa).

Não havendo quem peça a palavra,
encerro a discussão (Pausa).

Em votação.
Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer como se encon-
tram. (Pausa).

Aprovado.

Em face do que acaba de deliberar
o Plenário, o Expediente da sessão
do dia 23 do corrente será dedicado
às comemorações de que trata o Re-
querimento nº 73, de 1962.

Está esgotada a matéria constante
da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito para esta
oportunidade. (Pausa).

Nada mais havendo que trata a Pre-
sidência convoca os Srs. Senadores
para uma sessão extraordinária, hoje,
às 16 horas e 45 minutos, com a se-
guinte

ORDEM DO DIA

EXTRAORDINÁRIA ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão única do Parecer da Co-
missão de Relações Exteriores sobre
a Mensagem nº 82 (nº de origem 35)
pela qual o Sr. Presidente da Repú-
blica submete ao Senado a escolha do
Dr. Josué Apolônio de Castro para
a função de Chefe da Delegação do
Brasil em Genebra.

Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 16 ho-
ras e 45 minutos).

ATA DA 5ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 21 DE MARÇO DE 1962

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Vivaldo Lima —
Paulo Fender — Zacharias de As-
sumpeção — Lobão da Silveira — Se-
bastião Archer — Eugênio Barrás —
Mathias Olympio — Joaquim Parente —
Fausto Cabral — Fernandes Távo-
ra — Menezes Pimentel — Sérgio Ma-
rinho — Reginaldo Fernandes — Di-
Huit Rosado — Argemiro de Figuei-
redo — Ruy Carneiro — Novais Fi-
lho — Jarbas Maranhão — Barros
Carvalho — Afrânio Lages — Ruy
Palmeira — Silvestre Péricles —
Lourival Fontes — Jorge Maynard —
Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira —
Lima Teixeira — Aloysio de Car-
valho — Ary Vianna — Jefferson de
Aguilar — Miguel Couto — Caetano de
Castro — Gilberto Marinho — Be-
nedito Valadares — Nogueira da Ga-
ma — Moura Andrade — Lino de
Mattos — Padre Calazans — Pedro
Ludovico — José Feliciano — Gaspar
Velooso — Nelson Maculan — Saulo
Ramos — Daniel Krieger — Mem de
Sá — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o compa-
recimento de 43 Srs. Senadores. Ha-
vendo número legal, declaro aberta a
sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior.

que, poria em discussão, é sem
debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguin-
te

EXPEDIENTE

Parecer nº 43, de 1962

*Redação final do Projeto de Re-
solução nº 6, de 1962, que nomeia
José Argemiro Batista para o car-
go vago de Guarda de Segurança
do Quadro da Secretaria do Se-
nado Federal.*

A Comissão Diretora apresenta a
redação final do Projeto de Resolu-
ção nº 6, de 1962, aprovado, sem
emendas, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acôr-
do com o artigo 85, letra c, item 2,
do Regimento Interno, para o cargo
de Guarda de Segurança, Símbolo
PL-9, do Quadro da Secretaria do
Senado Federal, José Argemiro Ba-
tista.

Sala da Comissão Diretora, em 21
de março de 1962.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa ofício, que vai ser
lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Temos a honra de comunicar a
Vossa Excelência; de acôrdo com o
disposto no art. 57 do Regimento In-
terno, que a direção da bancada do
Partido Social Progressista nesta ses-
são legislativa será a seguinte:

Líder — Senador Jorge Maynard
Vice-Líder — Senador Miguel Cou-
to.

Atenciosas saudações. — Jorge May-
nard — Miguel Couto.

O SR. PRESIDENTE:

O ofício pelo qual a Bancada do
Partido Social Progressista indica seu
Líder e Vice-Líder vai à publicação.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à
leitura do requerimento que se en-
contra sobre a mesa.

É lido o seguinte

Requerimento nº 74, de 1962

Nos termos do art. 39 e 45, nº II,
do Regimento Interno; requero licen-
ça a fim de me afastar dos trabalhos
do Senado pelo prazo de 120 dias, a
partir da presente data.

Sala das Sessões, em 10 de março
de 1962. — Afonso Arinos.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento não depende de
apoio nem de discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que concedem a
licença solicitada pelo nobre Senador
Afonso Arinos de Melo Franco, pelo
prazo de 120 dias, queiram permane-
cer sentados (Pausa).
Está aprovado.

Tratando-se de licença de mais de
90 dias, deverá ser substituído no Se-
nado, nos termos do Art. 45, nº II,
do Regimento Interno.

Nestas condições, a Presidência con-
voca o Suplente do nobre Senador
Afonso Arinos, Sr. Venâncio Igrejas,
para assumir o exercício do manda-
to.

Achando-se S. Ex.^a presente, pas-
sará, desde logo, a fazer parte do
Plenário, dispensado da prestação do
compromisso regimental em virtude
de já o ter feito em sua primeira
convocação.

Convidó o nobre Senador Venâncio Igrejas a participar dos trabalhos da Casa.

Passa a participar dos trabalhos o Sr. Venâncio Igrejas.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário irá proceder a leitura de requerimento.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 75, de 1962

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1962.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1962. — *Guido Mondin.*

O SR. PRESIDENTE:

Tendo sido aprovado o requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da redação final, objeto do Parecer nº 43, lido na hora do expediente. (Pausa)

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimentos de urgência, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 76, de 1962

Urgência

Nos termos do artigo 330, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1957, que regula o magistério superior da Marinha.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1962. — *Fausto Cabral — Daniel Krieger (Líder da UDN) — Jefferson de Aguiar — Saulo Ramos.*

Requerimento nº 77, de 1962

Urgência

Nos termos do artigo 330, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1961, que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1962. — *Lima Teixeira (Líder da Maioria) — Lobão da Silveira — Jarbas Maranhão.*

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos serão votados no final da Ordem do Dia, conforme determina o art. 328 do Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estou seguramente informado de que em João Pessoa está em ruínas um dos melhores edifícios públicos da União, dos Correios e Telégrafos. Foi ele construído no governo do grande e saudoso Presidente Epitácio Pessoa, que para executar a obra enviou à Paraíba dois engenheiros militares, o Coronel Otto Kuhn e o então capitão de Engenharia, hoje General, Innade de Carvalho Tupper.

Imagine V. Ex.ª, Sr. Presidente, o carinho, que o então Chefe do Governo tinha por sua terra, o desejo que alimentava, de dotar a capital da

Paraíba de um edifício público que fosse considerado verdadeiro Palácio dos Correios e Telégrafos. É um prédio grande, e quem conhece a capital paraibana há de ratificar minhas declarações. A construção honra João Pessoa. É situada num quarteirão ao lado da Praça Pedro Alencar.

Sr. Presidente, não sei de quem a culpa, mas a falta de cuidado aliada a chuvas abundantes, pois na faixa literânea do Nordeste não há seca, deixaram o prédio em ruínas.

Venho recebendo reclamações a respeito. Ia, mesmo pedir providências ao Sr. Ministro da Viação e ao Coronel Dagoberto Rodrigues, Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, quando li, hoje no *Correio Braziliense*, um telegrama procedente de João Pessoa, em que o correspondente do jornal diz que o prédio está na iminência de desabar, com perigo de vida de seus funcionários.

O edifício sendo muito grande comporta várias repartições federais.

A minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente, teve o intuito de dirigir um apelo ao Ministro da Viação e Obras Públicas, Sr. Virgílio Távora, e ao Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, no sentido de que providências imediatas sejam tomadas.

Seria aconselhável o envio de um engenheiro da confiança do Departamento e do Ministério, à capital paraibana, a fim de examinar as condições em que se encontra o edifício e salvá-lo, antes que ocorra uma catástrofe com perdas de vida e prejuízos para a Nação, o que seria uma profunda mágoa para nós paraibanos.

Sr. Presidente, solicito encaminhe V. Ex.ª ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com a autoridade que tem a Mesa do Senado, este apelo a fim de que providências sejam tomadas em caráter urgente. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência determinara as providências necessárias para que as palavras do nobre Senador Ruy Carneiro cheguem ao conhecimento do Senhor Ministro Virgílio Távora, acompanhadas do ofício do Presidente do Senado, encarecendo a necessidade de providências, as mais urgentes possíveis, nesse assunto.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sebastião Archer.

O SR. SEBASTIÃO ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Srs. Senadores.

O dever de atender a convocação extraordinária do Congresso, impediu-me de permanecer um maior tempo entre os meus amigos do Maranhão. Assim mesmo passei algumas semanas no interior do Estado em contato com o nosso povo sentindo-lhe os problemas e anseios.

O Maranhão é um Estado de extraordinárias possibilidades econômicas. Sua agricultura, na quase generalidade praticada na forma mais primitiva, tem a despeito disso dado ao país, nas horas de necessidade uma produção de cereais, sobretudo arroz, milho e feijão, verdadeiramente salvadora. Não fora o arroz produzido no nosso Estado — 6 milhões de sacas — e então o problema da fome seria muito mais grave e as coisas dela decorrentes talvez fossem insuperáveis.

É lamentável, Sr. Presidente, que o Governo da República não tenha até hoje dado pelo Ministério da Agricultura assistência ao nosso Estado. Os serviços daquele Ministério estão completamente desaparecidos, sem recursos, sem pessoal. A assistência à cultura do arroz, do algodão e o haba-

çu, por parte do Governo Federal, constitui apenas objeto de relatórios e notícias jornalísticas porque até hoje nada foi feito. As verbas que votamos aqui para assistência técnica a esses produtos e educação e orientação elementares do nosso lavrador nunca foram pagas.

O pouco que se tem feito pela agricultura no nosso Estado tem sido com os poucos recursos do próprio Estado. Governo, o Maranhão e sei bem o que isso representa de esforços, de lutas e de sacrifícios impostos ao povo.

Nesta minha recente viagem pelo interior do Maranhão tive oportunidade de constatar o que tem sido o esforço do Governador Newton Belo para atravessar a atual conjuntura do país e realizar sem nenhum auxílio do Governo Federal até agora a obra patriótica implantação de uma agricultura racional — e tudo isso repetido, sem nenhum auxílio do Governo Federal além de planos, projetos e muita promessa.

Assisti em São Luís no palácio do Governador, o ato da assinatura pelo Governador Newton Belo, da lei que autoriza o Estado a contrair empréstimo à União para execução de um vasto plano de assistência à agricultura Maranhense. Paço desta tribuna, Senhor Presidente, um dramático apelo ao Sr. Presidente João Goulart, ao Presidente do Conselho, Ministro Tancredo Neves e ao Gabinete de Ministros para que este empréstimo seja realizado o mais rapidamente possível, sem delongas e sem entraves burocráticos, a fim de que, seja dada finalmente ao povo maranhense que trabalha arduamente nos campos a assistência a que eles têm sagrado direito.

Dou o meu testemunho desinteressado, a Nação e ao Senado do trabalho patriótico que vem realizando o Governador Newton Belo na administração do nosso Estado. Executando um governo planejado assessorado por economistas de renome nacional e por uma equipe de auxiliares de governo, devotados e competentes, o meu ilustre amigo Governador Newton Belo no seu primeiro ano de Governo saneou as finanças do Estado e as tem mantido em rigoroso equilíbrio orçamentário. O plano de obras que ele está realizando e a implantação de uma agricultura racional para quebrar das algemas do primitivismo em que vive o nosso homem do campo, serão bastante para consagrá-lo no nosso Estado e fazê-lo credor da gratidão do povo maranhense.

Com satisfação posso recordar que no meu Governo o trouxe para meu auxiliar e que em breve pelo seu trabalho pela sua inteligência e dedicação ele se impôs como um dos mais eficientes colaboradores do meu Governo.

Cumpro um dever, Sr. Presidente, fazendo essas declarações para que a Nação e o Senado saibam que o povo do Maranhão não poderá se conformar com a falta de assistência dos poderes públicos federais em que tem vivido.

Povo, Governo e os seus representantes no Parlamento, protestarão com veemência.

O Maranhão há de progredir, de desenvolver a sua agricultura para a felicidade do seu povo e especialmente para a já tardia redenção do homem do campo. *(Muito bem. Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Memória nº 82 (Nº de origem 35) para qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha de Dr. José Apolônio de Castro para a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento Interno a presente sessão será secreta, razão pela qual solicito aos Srs. funcionários tomarem as providências necessárias.

(A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e dez minutos e volta a ser pública às 17 horas e 20 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

No Expediente, foi lido o Requerimento nº 76, em que os Srs. Senadores Fausto Cabral, Daniel Krieger, Jefferson de Aguiar e Saulo Ramos requerem urgência, nos termos do Art. 330, letra c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1957.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da terceira sessão subsequente.

Na mesma ocasião, foi lido o Requerimento nº 77, em que os Srs. Senadores Lima Teixeira e Lobão da Silveira nos termos do Art. 330, letra c, do Regimento Interno, solicitam urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1961, que cria Junta de Conciliação e Julgamento da 6ª Região e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A matéria a que se refere entrará na Ordem do Dia da terceira sessão subsequente a presente.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão marcando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 22 de março de 1962 (Quinta-feira)

1

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1961, de autoria do Sr. Senador Salviano Leite, que institui o Prêmio Visconde de São Leopoldo e dá outras providências (aprovado em 1ª discussão, com emenda, em 9-2-1962), tendo Parecer (Número 14, de 1962) da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1ª discussão.

2

Primeira discussão (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do Art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado número 25, de 1961, que dispõe sobre a situação e Classificação dos Indígenas de Valores da Casa da Moeda e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 39, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição.

3

Primeira discussão (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do Art. 265, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado, nº 28, de 1961, que estende as vantagens da Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários ocupantes de cargos que integram o Quadro de Pessoal da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça Militar, tendo Parecer sob o número 23, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucionalidade.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO NA SESSÃO DE 19 DE MARÇO CORRENTE, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antes de chegar às modestas palavras que proferirei, na sessão de hoje, em discurso já elaborado, sou forçado a dar conhecimento a V. Ex.^a, a Casa e ao Governo do texto do telegrama que acabo de receber do meu Estado, enviado pelo Sr. Deputado Inácio José Feitosa, Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba:

“Acabo de regressar do Município de Monteiro, na Região do Cariri paraibano, onde observei que a ausência de chuvas vem ocasionando acentuado flagelo da fome e a falta de meios de sobrevivência da população pobre que deseja trabalho nas estradas e açudes, apelando, por meu intermédio, para os altos Poderes, providências urgentes. A situação atual acelera calamidade e precisa realmente ser atendida porque o fato se estende, praticamente, a todo o Estado e a Estados vizinhos, não tendo a população do Cariri onde se arribar. Espero confiante as providências de V. Ex.^a. Atenciosas saudações. — Inácio José Feitosa”.

Sr. Presidente, não sei a quem possa dirigir-me solicitando as providências indispensáveis ao atendimento dessas necessidades reais da população do meu Estado e do Nordeste. Não sei se devo dirigir-me ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Membros do Gabinete ou à autoridade que seja competente no caso, porque durante três anos seguidos pedi a atenção do Congresso e do Governo para o problema da região nordestina. Chamei a atenção para a circunstância de que ninguém, nenhum homem, e só Deus, seria capaz de estruturar a economia daquela parte do território nacional sem primeiro encaminhar-se no sentido de proporcionar à sua população os meios de escapar aos efeitos das secas.

Chamei desta tribuna o quanto permitiam minhas forças físicas; apelei para o bom-senso de todos e para o patriotismo do Congresso, e agora, como que por castigo da própria Providência, verifica-se que aquela gente passa fome e sede, exatamente porque o órgão que recebeu do povo brasileiro o mandato solene de redimir o Nordeste — a SUDENE — orienta-se quase exclusivamente no sentido de preparar, naquela região, os planos de subversão da ordem social, abandonando o homem do campo e promovendo a concentração do proletariado nos centros urbanos.

O Sr. Afrânio Lage — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muita honra.

O Sr. Afrânio Lage — Não sei se V. Ex.^a tem conhecimento de que a SUDENE entregou ao Prefeito da cidade do Recife, cerca de cem milhões de cruzeiros para a abertura de poços na capital pernambucana. Esse dinheiro, segundo me foi informado pelo Governador do Estado, era destinado à perfuração de poços na zona do Polígono das Secas. Esse fato é de enorme gravidade, de vez que, como ora observamos e como muito bem salienta V. Ex.^a, enquanto o sertanejo nordestino morre de sede, a SUDENE aplica em Recife as verbas destinadas a abertura de poços na zona das secas, entregando-as — o que é mais grave ainda — à Pre-

feitura daquela cidade, que não explora o Serviço de Águas, porquanto este é serviço estadual. Mais uma vez solidarizo-me com V. Ex.^a denunciando à Nação fatos dessa natureza e, como nordestino, uso minha voz a favor de V. Ex.^a, para juntos pedirmos aos poderes competentes as necessárias providências no sentido de ajudar ao nordestino, que continua desassistido, apesar do noticiário exagerado em que se exalta um trabalho que até agora vem sendo feito simplesmente no papel.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço a oportuna solidariedade que V. Ex.^a, me empresta, trazendo ao conhecimento da Nação uma denúncia de gravidade excepcional.

Sr. Presidente, estou certo de que a SUDENE — que há cerca de três anos vem funcionando e recebeu da Nação, como disse no início, o mandato solene de erradicar os males causados pelas secas no Nordeste brasileiro. — tivesse boas intenções e pretendesse efetivamente, livrar a população sertaneja das crises climáticas que a afligem periodicamente, trazendo ao conhecimento para os campos, perfurando poços, acumulando água, a causa única da desordem econômica e social do Nordeste.

Estou certo de que se tivesse havido ação continuada da SUDENE nesse rumo, a estas horas os homens do sertão do Cariri e de toda a zona compreendida no Polígono das Secas não estariam reclamando providências desse tipo, do Governo da República.

Sr. Presidente, comentando o telegrama a que me referi, passo à leitura do meu modesto discurso de hoje. (Lendo):

Para mim, um dos fatores que mais empobrecem, desvitalizam e destroem a personalidade humana, é o medo. De certo, não pensarei em deter-me nessa perturbação que avassala o espírito ante a ideia de um perigo real ou aparente que possa minar a resistência da alma, sob o temor de periclitar a integridade física do homem. Não falo, assim, do guerreiro, que teme a morte ao encaminhar-se para os campos de batalha. E menos direi desse medo subjetivo, o pavor dos fantasmas, das almas do outro mundo, que aterrorizam o espírito débil das crianças. Quero referir-me, Sr. Presidente, a esse temor que se vai generalizando neste país, como ameaça profunda e grave à estrutura moral da nação brasileira. É o medo de falar; o receio de dizer; a covardia ao dever da denúncia; a omissão à verdade; a infidelidade ao pensamento; o receio de desgostar. Quando esse estado de espírito se agrava nos seus caracteres de morbidez, incidindo na pessoa do homem ou de homens, há o recurso dos sanatórios. E não é impossível a recuperação pelos processos científicos e especializados, no tratamento das molestias nervosas. Mas, se ele atinge a uma nação inteira não há sanatórios que possam corrigir.

Eu também tenho medo, Sr. Presidente.

O maior de todos os medos, porque é o medo de ver o Brasil transformar-se num país decadente, vencido, fluindo ao capricho dos ventos como uma nação sem fé, sem vontade e sem rumo.

Que será de nós se o medo avassalar o Congresso Nacional? Que será do povo se o medo amesquinhar e comprometer a integridade moral desse Poder da República? Que será de nós se o medo fizer tremer a Justiça? Que será da segurança individual e coletiva? Que será da ordem Jurídica; da ordem social e econômica; que será das instituições; da liberdade; da democracia e da república se minuar

ou anular-se, pelo temor, o espírito da autoridade?

E volto ao Congresso, Sr. Presidente. É ele que preside os rumos da nação. É ele que detém as mais altas prerrogativas constitucionais, para ser livre e forte. É sua, bem sua, a hora em que vivemos. Ele está convocado, por um imperativo da História a uma afirmação solene de sua existência. Creio na visão e no patriotismo dos seus componentes. Já o disse muitas vezes. Mas, sinto que há necessidade de um cuidado maior de uma franqueza mais dura; de uma resistência mais definida e de uma atitude irreversível em face dos males e dos perigos que ameaçam subverter as instituições nacionais e minar as bases morais de civilização ocidental. Percebe-se em todos os recantos desta nação a influência penetrante de uma propaganda sábia, no ângulo da técnica, visando a inquietação, a revolta e a desordem popular. A pregação nacionalista vai perdendo o cunho dos grandes movimentos nacionais que objetivam a estruturação da independência política, social e econômica dos povos. Sob o pretexto de emancipação do Brasil de quaisquer dependências estrangeiras, funciona ativamente o pensamento de submeter o país ao domínio e ao império da grande nação soviética. E esse trabalho vai sendo forte, intenso, avassalador. Ele está na imprensa, nos comícios, nas escolas, nas Faculdades nas fabricas, nas oficinas, nas cidades e nos campos. E marcha com intolerância dogmática. Para os seus líderes, não são nacionalistas os que pregam uma leal convivência sem discriminações ideológicas. Nacionalismos, para eles, é o repúdio e o ódio aos Estados Unidos da América do Norte. É a nossa aproximação: a aproximação sempre maior, das fronteiras da Cortina de Ferro. É o rompimento de nossas tradicionais relações de amizade com aquela poderosa nação do continente. É o apoio à tirania sanguinária de Fidel Castro. É a política contraditória e bifronte que defende o critério da não intervenção dos povos do mundo, nos domínios da ação soviética, quando se escravizam nações soberanas e cultas. É o resguardo do princípio da autodeterminação dos povos para justificar o império de tiranos. É a defesa da Rússia quando esta viola a soberania de Estados livres esmagando a vontade popular e o amparo simultando às nações colonizadas que lutam pela emancipação.

É essa política, Sr. Presidente, louca e subversiva que afugenta o capital estrangeiro necessário ao processo natural de nossa própria emancipação econômica. É o planejamento traiçoeiro que nega ao nordeste as condições elementares de vida. Essa política que não sente e não vê, porque não convém ver nem sentir, que a desgraça da região flagelada pelas secas só poderá extinguir-se com água e irrigação. Essa que não ouve, nesta hora, o grito dos baianos, pedindo ao céu o milagre das chuvas: porque os governos não lhes deram as grandes barragens que os acautelasses na fase da calamidade. É essa ainda gor, comece a destruir a economia privada de vinte milhões de nordestinos, que, pela carência d'água acumulada vão ficando sem meios de sobrevivência. É essa que inflama as ingenuas e nobres massas camponesas contra os proprietários rurais, numa preparação psicológica perversa e desumana para aplicação no Brasil dos métodos subversivos de Cuba. É essa que está preparando, Sr. Presidente, a sovietação deste País, pelo processo criminoso de despojar os campos e superpovoar as cidades. É essa que vai semeando a fome e a miséria para conduzir as populações rurais ao desespero. É preciso denunciar este crime. Denunciá-lo sem temor, porque não podemos temer os que estão certos de que servem à Pátria. De certo não será o governo que aí está a causa ori-

ginária da catástrofe que se provoca. Mas ele passará a história com a responsabilidade de não tê-la evitado. Creiam na sinceridade do meu patriotismo. É em nome dele que eu invoco o patriotismo do governo. Do honrado Chefes do Estado, chamado, em plena mocidade a dirigir os destinos desta nação, na hora da crise. Ele, o gaúcho nobre e forte, de alma aberta aos reclamos e aos sofrimentos das massas. Tenha o Presidente Goulart o pulso forte do estadista, resoluto e firme, na condução dos nossos rumos. De sentido vigoroso e marcante ao princípio da autoridade governamental e restaure a ordem financeira, social e econômica de que precisamos.

Reguarde a segurança, a tradição e a confiança de nossa política externa, para que possamos inspirar respeito nas relações com os demais povos do mundo. Maior o meu apelo ao Ilustre Conselho de Ministros, comandado pelo talento, habilitado e patriotismo do grande brasileiro que é o Sr. Tancredo Neves. Ali estão também os insígnies chefes de nossa gloriosa Forças Armadas. Em suas mãos repousa a segurança das instituições nacionais. Ninguém, neste país, poderá discutir a honra imaculada de sua farda. Ninguém poderá admitir que, um dia, as armas do Brasil guardem o império das tiranias. Mas, sentimos a necessidade de uma maior vigilância pela tranquilidade da família brasileira. É preciso evitar a desgraça da luta entre irmãos. O desamparo do governo às populações rurais desta nação já se tornou intolerável. No nordeste, a fome ameaça todos os lares pobres. O preço das utilidades vai tornando impossível a sobrevivência dos que ainda não desertaram dos campos. Falta produção e ninguém fomenta a produção. A mecanização dos processos agrícolas é incipiente e inacessível aos pobres. Minguaram os campos de experimentação e multiplicação de semente. Não há economia agrícola estável de subsistência. Se a chuva não cai, a semente não medra. Se chove a lavoura é destruída pelas pragas. Faltam os inseticidas e pulverizadores. Faltam os reservatórios, os açudes, os poços tubulares; falta a irrigação. Faltam esses elementos indispensáveis à fixação do homem ao meio e à proteção de sua economia agrícola e pecuária na ocorrência das secas a assistência técnica e financeira. Falta a assistência médica. E ninguém, Sr. Presidente, pode rebelar-se contra essa desgraça que vai subverter a ordem social e econômica do nordeste brasileiro. Ninguém pode denunciar os criminosos da SUDENE que abandonaram os camponeses. Lembrem-se eles dos lavradores apenas para insuflar, através das Ligas camponesas, tão legítimas e patrióticas nas suas intenções, mas já hoje infiltradas de comunistas; insuflar a luta de classe, a guerra entre patrões e trabalhadores. A guerra que já vai custando o sangue de irmãos, como ocorreu, nos últimos dias, no meu querido Estado.

E ninguém, quero repetir, poderá chegar à área soberana daquele órgão, para lhe mudar o sentido subversivo dos seus rumos. Nem os parlamentares nordestinos sentem-se livres para discutir o problema. Eu próprio, por tentar fazê-lo, sofri a espetacular punição do Recife.

O meu crime foi singular. Pedi água para combater os efeitos das secas. Pedi irrigação para assegurar a vinte milhões de brasileiros uma economia. Pedi irrigação para assegurar a vinte milhões de brasileiros numa economia agrícola capaz de amparar o homem na fase do flagelo climático. Pedi instrumentos agrícolas que minoressem os sofrimentos dos camponeses. Pedi poços tubulares que dessem água ao agricultor e aos seus rebanhos nos períodos de crise. Pedi sementes e inseticidas. Pedi assistência técnica e financeira. Pedi a instalação de postos

SAMDU, nos municípios desprovidos de assistência médica. E porque a soberania da SUDENE; porque isso perturbava os planos premeados daquele órgão que a nação irá da conhecer, fui cruelmente castigado e punido. Fui, simbolicamente, multado vivo pelos comunistas do Recife.

Sr. Presidente. Não sou homem mudo e nunca fui demagogo. Não agero nem alarmo. Mas declaro ao povo e à nação que considero grandes as razões que expendi, a situação do Brasil e do Nordeste. Possivelmente ainda agora não serei ouvido. Quero, entretanto, registrar a minha respeitosa e sincera advertência ao governo. Não vejo mais tempo para inabacáveis planejamentos de Gabinete.

A nação precisa tranquilizar-se, precisa sentir a ação vigorosa da autoridade, disciplinando as forças sociais e imprimindo ordem à vida financeira, social e econômica deste país. Precisa de ação imediata, prática e objetiva. É necessário deitar fora influência dogmática das teorias, e nem sempre vão ao encontro das realidades reais da coletividade. Ainda estamos em face de uma situação angustiante que não comporta procrastinações tardias. Desapareceram dos mercados nordestinos os gêneros de assistência humana, e o pouco que vê nos mercados é como se não existisse — tal a elevação dos preços, a fome nas classes pobres. Falta a farinha de mandioca, falta o milho e falta o feijão. Impõe-se um abastecimento urgente e por via aérea, se quisermos precipitar os acontecimentos. Esse é o quadro da população pobre do meu Estado.

Para não mais sentirmos esses sintomas de desordem, atire-se o governo, resolutamente, à política de produção nacional. Mobilize todos os meios e instrumentos de trabalho ao lavrador. Evite a vergonha da desgraça de vermos debatendo-se as guerras da miséria: os homens constroem, na vida dos campos, a riqueza das nações.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem? Palmas)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO NA SESSÃO DE 27 DE MARÇO DO CORRENTE, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SIDO COM INCORREÇÕES.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, no modesto discurso que tive a oportunidade de proferir nesta sessão, em sessão anterior, adverti resolutamente o governo, especialmente o honrado Conselho de Ministros, quem cabe a responsabilidade pela política e pela administração do país, e as providências imediatas que impunham no setor da ordem econômica nacional. Pedi as vistas governamentais para os perigos evidentes que ameaçam a vida social do país, em decorrência do desajustamento financeiro e econômico de nossa Pátria. Realcei a necessidade de lançarmos com todo vigor numa política de fomento à produção brasileira e de amparo e valorização do homem do campo. Deixei entender o fenômeno econômico é o mais sério e inspira maiores cuidados da administração do que os que dizem respeito aos problemas de ordem econômica. Não adianta decisivamente uma política intensiva de desenvolvimento industrial; de bom portamento do Estado no âmbito monetário; de fortalecimento do aquisitivo da moeda, se há decaimento econômico no país. Ninguém pode que uma nação pode atingir

as raias da miséria e da fome, mesmo dentro dos quadros de um Estado rico e de uma moeda valorizada. Que vale possuir o dinheiro forte se não há o que adquirir nos mercados? Não vale a jactância de se haver conquistado o mais imponente dos parques industriais, se a produção das matérias primas e dos gêneros essenciais à subsistência humana mingua ou se anula nos campos. São Paulo é, sem dúvida, o Estado líder da Federação. O poder e o prestígio que ele conquistou, pela visão arguta dos seus estadistas, a riqueza pública e privada que o enaltece perante a nação e o mundo civilizado, tudo, Sr. Presidente, emerge, a um só tempo, do funcionamento orgânico e da marcha paralela, simultânea, equilibrada, entre o desenvolvimento do parque industrial e a expansão vigorosa de sua agricultura.

A política de abandono quase completo da produção nacional é, para mim, tão grave e louca que eu a consideraria um crime se não a explicasse pela euforia contaminadora de se conquistar, para o Brasil, um título de emancipação, nos ângulos de sua vida industrial. A proscrição do amparo governamental a que se vai populações. Reclamam, em desespero, água para os rebanhos e alimento para os homens. A escassez das utilidades essenciais à sobrevivência e o alto custo dos raros produtos que ainda aparecem nos mercados explicam-se, sem dúvida, pelo desajustamento econômico em que vive a nação. Pelo desamparo cruel e irracional a que se relegou a classe ruralista do Brasil.

Pela ausência brutal às iniciativas de fomento e expansão agrícola de nossa grande terra. Que espera o Congresso? Que espera o honrado Conselho de Ministros? Que podemos nós esperar desse descalço governamental em relação aos homens do campo, de cujo bem estar e prosperidade depende a grandeza de todas as nações? Que poderemos esperar dessa política, que, em última análise, é a política da miséria e da fome? Minto? Exagero? Ouçam, então, o clamor da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco, do Nordeste, enfim, denunciando os altos preços e a falta de gêneros alimentícios para a sobrevivência de suas populações. Não desperdicem o Gabinete a notícia dos assaltos que se estão verificando? Os assaltos à propriedade privada, praticados a luz do sol, pelas massas famintas? Não preocupa aos honrados chefes de nossas Forças Armadas a previsão de um desespero generalizado que subverta a ordem social? Não seria melhor prevenir a catástrofe? Não seria mais acertado que os nossos militares tangessem à ponta de espada os criminosos da Sude e os mandassem dos gabinetes para os campos combater a miséria; fomentar a produção; amparar os agricultores pobres; fornecer-lhes sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas e lhes dar a assistência médica e técnica de que tanto precisam? Não seria melhor que eles fossem obrigados a combater os efeitos das secas na região flagelada? Não seria justo que eles fossem dar aos nordestinos barragens, açudes, poços tubulares, água e irrigação, meios únicos de assegurar a essa gente uma produção certa e fecunda, mesmo no período das crises periódicas? Será que se pensa reprimir pela força bruta a eclosão do desespero, quando ele emerge da fome? Será que se admita possível utilizar as armas da República contra homens, mulheres e crianças que perdem a paciência e o senso comum no impacto da miséria? Será que se pretende ainda negar a evidência, diante do clamor de todo o Nordeste pedindo água e irrigação para o Polígono das Secas? Será que ainda haja neste país quem não veja e não sinta, diante dos quadros atuais, e diante da experiência de tantos

anos, que é impossível estruturar a economia do Nordeste sem começar a obra pelo combate vigoroso aos efeitos das secas? Sem recorrer aos trabalhos preventivos de acumulação d'água para formação inicial de uma economia de subsistência?

Onde está, Sr. Presidente, a representação do Nordeste que me deixa quase sozinho nessa peleja que me vai impondo sacrifícios tão grandes? Os que conhecem a região, os que vivem o problema, os que sofrem o flagelo? Onde estão os delegados desses vinte milhões de brasileiros que deixam a Sude de lapidando os dinheiros públicos favorecendo comunistas, e ajudando políticos do Recife como foi denunciado nesta Casa, por um brilhante e bravo representante do Estado de Alagoas? Onde estão eles, que me deixam, assim, a clamar no deserto? A clamar em defesa dessa infeliz população rural que passa fome e sede, quando os recursos destinados a salvá-la, através daquele órgão, são empregados até no financiamento a instalação de fábricas de "cachaça" ou de bebidas semelhantes? Juntem-se a mim os valentes e cultos deputados nordestinos e me ajudem a lutar sem temer em defesa de patriotas abandonados. Imitem o exemplo do eminente deputado Fernando Santana que teve a coragem de dizer à Câmara e à Nação que o sofrimento da grande população baiana, ora açoitada pela seca, resulta da deficiência das barragens que não tinham acompanhado o crescimento vegetativo da população.

Afirmo a V. Exa., Sr. Presidente, que não me move nesta campanha o mais leve espírito de animosidade contra o Sr. Celso Furtado. Ele próprio sabe bem que nunca tivemos razões para tanto. A minha luta é contra o seu plano. Errado e criminoso. Criminoso e subversivo, porque é o plano de semear a desgraça, a miséria e a fome nas populações rurais e levanta-las pelo desespero. E a fome já está campeando nos lares pobres. A seca que se esboça completará o processo da ebulição social. E que fazem os Ministros nordestinos, Sr. Presidente? Não chega ao recinto dos seus Gabinetes o clamor dos seus patriotas? Tem medo?

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muito gosto.

O Sr. Fernandes Távora — Garanto a V. Exa. que o Ministro da Viação e Obras Públicas tem feito tudo ao seu alcance para amparar a região nordestina, quer em matéria de novas obras quer em auxílios diretos, por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Digo com toda sinceridade que estou satisfeito com a ação de S. Exa. em relação ao Nordeste.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o depoimento do nobre Senador Fernandes Távora. Apaz-me verificar que S. Exa. o Ministro da Viação e Obras Públicas, dentro do âmbito governamental, cuida dos problemas reais do Nordeste brasileiro.

O Sr. Fernandes Távora — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — (Lendo).

Negam a verdade do problema? Recusam perder os votos dos esquerdistas, dos comunistas, às vésperas de um pleito eleitoral? Será que se apavorem diante dos processos de escândalo, de confusão e de terror, com que a SUDENE vem punindo os parlamentares que lhe apontam os crimes, os erros e o pensamento de subversão da ordem social?

Então, como irão escrever o seu nome na História? Acordem, Srs. Mi-

nistros, ouçam o rugido que se aproxima das massas rebeldes. Dos homens, das mulheres e das crianças que foram abandonadas. Dos que desesperaram pela fome e pela sede. Dos que pediram e não foram ouvidos. Dos que reclamaram tratamento humano e receberam o chicote das bestas. Dos que invocaram fraternidade e não tiveram a justiça social. Despertem, Srs. Ministros, o barco é comum e o naufrágio do poder e das instituições não poupará ninguém.

Nêle, apenas uma diferença — os fracos morrerão para sempre e os fortes resuscitarão no juízo da História.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem; Palmas).

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR SÉRGIO MARINHO NA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO DO ANO EM CURSO, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES:

O SR. SÉRGIO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, cumpro o dever de agradecer, desta tribuna, o convite do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas para assistir hoje, provavelmente a esta mesma hora, à inauguração de um trecho de estrada de rodagem no meu Estado. O trecho, que liga Natal à cidade de Santa Cruz, tem a extensão de cento e treze quilômetros asfaltados.

A estrada já se achava construída. As obras que agora se inauguram são complementares. O episódio, em si corriqueiro, merece, entretanto, destaque: em primeiro lugar, porque a rodovia corta um trecho do território do Estado onde, por todos os títulos e motivos, se impunha a necessidade de uma estrada pavimentada.

No próprio convite, dá-se notícia das características da região, agora beneficiada por uma estrada asfaltada:

"Na sua parte inicial, a BR-12 denomina-se 'Rodovia Embaixador Assis Chateaubriand', atingindo e interessando fundamentalmente a área do Brasil onde se cultiva o algodão Moco de fibra longa, de renome mundial".

Esta circunstância por si só já justificaria a construção e pavimentação da estrada. Mas, diz ainda o convite:

"O trecho em causa atravessa região fortemente mineralizada, onde se encontram em exploração a columbita, xelita, berilo, cristal de rocha, ouro, mármore, mica e outros minerais. E, além do algodão, extensamente plantado, deve destacar-se o agave, outro produto fonte de riqueza, bem como os cereais pecuários ao Nordeste. Existem numerosos descarregadores de algodão, da mesma forma que prensas e outros maquinismos beneficiadores".

Sr. Presidente, estão assim expostos abundantemente os motivos justificativos da pavimentação daquele trecho. Assim eu compreendo uma política rodoviária; assim eu entendo um investimento custoso. A região é potencialmente rica, extraordinariamente rica, e apenas precisava desse instrumento para vitalizar e fecundar sua riqueza.

Há ainda outra circunstância. Sr. Presidente, esta de caráter cívico, digamos assim: entenderam por bem, como homenagem excepcional, dar a essa estrada a denominação de Rodovia Embaixador Assis Chateaubriand.

É desnecessário dizer à Casa quem é Assis Chateaubriand.

Não é apenas o grande jornalista, o extraordinário polemista, o fogoso

dialético que nos habituamos a admirar. — Assis Chateaubriand, ao lado de seus extraordinárias realizações materiais como capitão da livre-empresaria, é homem que tem desorientado horizontes novos e ensinado o Brasil a pensar em si mesmo; é homem que tem criado, dentro do Brasil, com a seriedade de seu trabalho e por seu dinamismo extraordinário, as condições mais favoráveis para que o país possa encontrar seu verdadeiro destino.

Associo-me, Sr. Presidente, à justiça dessas homenagens, e por ela apresento minhas melhores congratulações ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, ao Governador do meu Estado e ao povo de minha terra.

O Sr. Fernando Távora — Muito bem;

O SR. SÉRGIO MARINHO — Sr. Presidente, estou fortemente impressionado com a situação de meu País, maxime quando a examino dentro do contorno da situação internacional.

Sinto, e não estou só nesta percepção, quão perigosos são os caminhos que se estão abrindo aos nossos passos.

Outro dia, da tribuna do Senado, esse extraordinário parlamentar, que é o nobre Senador Mem de Sá...

O Sr. Mem de Sá — Muito grato a V. Exa.

O SR. SÉRGIO MARINHO — ... chamava a atenção para esse estado em que nós nos encontrávamos, uma espécie de hipnose e, por força do qual, nos encaminhávamos para rumos desconhecidos!

Ainda faz poucos dias, o não menos eminente Senador Lourival Pontes dizia que já escutava, ao longe, o ruído dos tambores, anunciando a luta fratricida.

Ouvimos, também, da boca desse fogoso parlamentar, desse homem de lutas que é o eminente Senador Afonso Arinos, a advertência de que os horizontes eram realmente sombrios. E ele se inquietara, durante horas, ou dias, pensando naquela observação borgeia do grande historiador, Toynbee, de que a permanência da espécie humana sobre a Terra estava condicionada à utilização da sua capacidade de autodestruição.

A despeito de tudo isso, Sr. Presidente, eu me inclino, como muitos a admitir não haja, de parte do Governo Soviético, o propósito deliberado de deflagrar um conflito de largas proporções. Entretanto ele poderá eclodir como consequência incidental da própria política armamentista ferocemente executada, tanto pelo mundo soviético como pelo mundo ocidental.

Tenho presente a advertência de Bertrand Russel, segundo a qual a qualquer momento, a qualquer hora, um engano de cálculo pode deflagrar a guerra nuclear.

Entendo, como disse, não haja o propósito deliberado de deflagrar um conflito armado de largas proporções. Contra essa minha suposição, poder-se-ia arguir considerações como esta: é um imperativo ideológico estender a dominação comunista ao mundo ocidental. A extensão do comunismo ao mundo ocidental corresponde, hoje em dia, a uma necessidade imperiosa de política interna. É preciso que não nos esqueçamos — e, ao dizê-lo, estou robustecendo os argumentos contra a minha afirmação primeira de que a guerra não poderá eclodir deliberadamente — que está na índole de todo o Governo ditatorial a necessidade de uma dinamização constante e ininterrupta. Esse elemento dinâmico é indispensável à permanência de qualquer governo ditatorial.

Lembro-me da observação de Madariaga quando se referia ao fascismo, às formas ditatoriais fascistas: "o fascismo é como uma bicicleta: precisa andar, precisa deslocar, precisa rodar, porque senão cai".

Ora, a ditadura soviética é apenas a outra face do fascismo, mas na qual estão presentes os mesmos elementos tiranizadores e humilhadores da consciência humana. Dir-se-á: mas o desenvolvimento tecnológico oferece hoje a esses povos expansionistas fronteiras ilimitadas. Talvez este seja um recurso inédito, graças ao qual os Governos ditatoriais levam a efeito aquela política de expansão, sem a qual não podem sobreviver. A guerra, porém, apesar de ser um instrumento de realização da política exterior, historicamente se tem prestado a esse fim, não creio, entretanto, seja o meio adequado para a difusão de uma ideologia, mesmo quando essa se ache, como a ideologia marxista, em fase de expansão. Hoje, talvez mais conveniente do que a própria guerra, seja a ameaça da guerra, a chamada "guerra fria". Há ainda, corroborando esta minha suposição, a convicção que todos temos de que a guerra deflagrada com o emprego desses fantásticos engenhos de destruição, poria não somente em risco a sobrevivência da espécie humana mas, também, — e isso talvez importe mais aos governos ditatoriais — significaria o malogro dos desígnios de dominação.

Em face dessas razões, admito quão pouquíssimas as probabilidades de ser deflagrado deliberadamente um conflito de largas proporções. Afastada essa hipótese, resta o emprego da guerra fria em todas as suas frentes, em todas as suas modalidades. E são relevantes, Sr. Presidente, não há dúvida, os frutos da execução dessa larga e ampla estratégia.

Vejamos, por exemplo, a colheita que a União Soviética tem levado a efeito através dos instrumentos políticos, dos instrumentos diplomáticos, dos instrumentos econômicos. E' a mesma opulência. Ao lado disso e concomitantemente ela insufla sempre as justas e humanas reivindicações autonômicas defendidas pelos territórios ocupados. Em consequência, robustece-se cada vez mais a posição que a União Soviética ocupa no fóro mundial, que é a Organização das Nações Unidas. As ex-colônias afro-asiáticas — foi essa a impressão que guardei — permaneceram solidárias ou quase solidárias com a política defendida pela Rússia no seio das Nações Unidas, tanto assim que a sua posição, no plenário daquela Assembleia, melhora sempre.

Sr. Presidente, não é esse, porém, o aspecto crucial do problema no que se diz respeito a nós mesmos, aos nossos interesses ao nosso destino. Os técnicos de difusão, o estado-maior que dirige e estratégia mundial soviética, verificaram que, dentro as áreas que oferecem maior vulnerabilidade à infiltração comunista está a América Latina.

A América Latina passou a ser, portanto, a partir de determinado momento, um dos tabuleiros mais importantes onde se fere, onde se arma a guerra fria, com todas as suas insidias, com todos os seus equívocos e com todos os seus logros.

Por que a América Latina oferece essa receptividade à propaganda soviética? As razões, Senhor Presidente, saltam ao primeiro exame. Na América Latina há um crescimento demográfico considerado verdadeiramente explosivo. Na América Latina há um crescimento econômico, um analfabetismo, há enfermidades. Na América Latina existe a miséria, na sua forma mais atordante e trágica. Na América Latina o panorama geral é dos maus governos. Na América Latina impera a corrupção.

Estão aí, portanto, os elementos por força dos quais a América Latina se torna o teatro mais interessante à infiltração comunista, no momento. Esse trabalho, realizado com a habilidade com que tem sido levado a efeito em toda a parte, produzirá, de imediato, consequências relevantes que

poderão decidir o destino da grande luta que se arquiteta no Mundo.

Essas consequências poderemos enumerar-las deste modo: em primeiro lugar, se quebraria a tradicional solidariedade do Continente, solidificada de que não significa apenas uma contribuição material para o fortalecimento dos Estados Unidos, hoje o símbolo e o bastião da defesa do governo representativo no Mundo. A dissensão continental retira dos Estados Unidos, do ponto de vista moral, do ponto de vista ético — e isso, como V. Exa. sabe, também influi muito nos Conselhos Internacionais e representa contribuição inestimável para a elaboração de todas as normas destinadas a reger a convivência pacífica dos povos — a dissensão continental retira dos Estados Unidos aquela aureola, aquele prestígio de que precisam para continuar exercendo, como têm exercido até agora, a liderança do Mundo Ocidental.

Outra consequência seria, através da condução e da orientação hábil dos elementos nacionais, levar-se a efeito em cada País, em cada Estado, a desagregação sócio-econômica, possibilitando, assim, o domínio do poder.

Para a realização desse gigantesco cometimento, Sr. Presidente, são utilizadas várias técnicas, umas ostensivas, outras sub-reptícias ou clandestinas, mas todas elas com sua eficiência já devidamente comprovada.

A exploração do contraste entre a opulência dos Estados Unidos e a miséria da Sul e da Centro Américas possibilita a exacerbação dos ressentimentos dos que têm menos em relação aos que têm mais.

A existência do ressentimento não é grave, pois é uma constante na vida da humanidade, não só dentro de cada País, no seio de cada Povo, como também no que diz respeito aos grupos que se formam. Esses ressentimentos existem sempre. Perigosa é a sua exacerbação, exacerbação que essa técnica hábilmente conduzida realiza. Outra técnica frequentemente usada e de resultados inquestionáveis é a de expor, de exibir os aspectos mais injustos, mais calamitosos, mais anti-humanos da ordem burguesa-espalista, porque ela os possui, não podia deixar de possuir.

Somente o que é censurável o que é condenável, o que é reprovável é exposto; aquilo que possuía ou possui, através das modificações que está sofrendo, aquilo que possuía ou possui de certo, de digno de aplauso, comitado. Somente se expõe ao exame, principalmente daqueles que não estão familiarizados com esses problemas — isto é muito importante — os aspectos condenáveis, os aspectos anti-humanos.

Outra técnica muito usada é a da obtenção, quando não da solidariedade, da simpatia daqueles que, pela formação cristã, pelo seu desenvolvimento cívico, são hostis às injustiças sociais do mundo, de hoje. A contribuição prestada por esse é das mais relevantes, porque se cerca, sobretudo, de um caráter que a outra não possui. — A outra é facciosa, é parcial. Essa contribuição nasce, decorre da atuação de indivíduos altamente categorizados e que, portanto, pela sua formação, pelo seu comportamento no meio em que vivem, fazem jus ao respeito e acatamento dos seus contemporâneos. Essa contribuição retira do trabalho a executar quaisquer laivos da paixão, de facciosismo. Portanto, ela se coloca não só no que diz respeito à eficiência como também quanto a acarretar outra adesão ou simpatia, num plano de alta prioridade.

Seria dispensável fazer referência à outra técnica, porque todos nós a conhecemos sobejamente: é a utilização do nacionalismo. Aqui cumpre-me conceituar, os seus termos precisos e

técnicos, o que é nacionalismo. Desde os tempos de colônia, o nacionalismo existe no Brasil; se desenvolve no Império, cresce na República. Tem figuras admiráveis, extraordinárias defendendo-o; basta citar Euclides de Cunha, Tavares Bastos, Oliveira Vianna.

Sem utilizar as expressões através das quais essa reivindicação se exprime, eu me permito, neste momento conceituar o nacionalismo. Nacionalismo, como os tratadistas ensinam é movimento social, tendo em vista a obtenção de autonomia e status por parte de uma nacionalidade. Dizem eles que é através do exercício desse movimento social que podemos distinguir o que é nacional e o que é não-nacional.

Nacionalismo, portanto, é a nacionalidade na consciência de si própria procurando um outro status. Obtido esse status, essa nacionalidade, que é um estado de consciência, se prefigura como nação em toda sua plenitude.

Esse movimento é uma das características dos tempos atuais esse movimento aclara o continente negro através da luz que dele se irradia. E um movimento existente no Brasil; entretanto, a sombra dele vieram se abrigar aqueles que queriam, não que o Brasil adquirisse outro status, (e não ser o da dependência em relação ao imperialismo crescente no mundo) mas as que queriam encontrar, através da sua utilização, através da dissensão no Continente e da desorganização da vida econômico-social do Brasil, caminho de mais fácil acesso ao Poder.

Ainda há uma outra técnica que foi utilizada, Sr. Presidente — e é preciso que tenhamos a coragem de denunciar — segunda a qual se deveria sistematicamente, aplaudir os gastos funambulescos, desproporcionais, improdutivos, porque esses gastos iriam fatalmente, trazer em consequência emissões mágicas e sucessivas, que resultariam na degringolada dos preços exacerbariam o mal estar das massas e criariam condições predisponentes para o assalto ao Poder.

O aplauso ao estatismo, sobre todas as suas modalidades, também tem essa mesma finalidade. A hostilidade à iniciativa privada, tem esse mesmo propósito.

Há ainda, Sr. Presidente, duas outras frentes, consideradas frentes complementares, através das quais se exerce contato com a habilidade e, já com a experiência de hoje, com a ação envolvente e quase irresistível da infiltração e da campanha soviética.

São elas a Frente Estudantil e a Frente destinada a neutralizar resistências. Na Frente Estudantil usa-se frequentemente uma charlatanice. O termo é este, charlatanice: Apresenta uma ideologia que, como toda e qualquer ideologia, é refutável, como se fosse uma elaboração científica! Isso é falsidade, isso é charlatanice, mas falsidade e charlatanice que têm conquistado consciências, que têm paralisado forças e provocado agitações.

Os moços são muito sensíveis, em todas as épocas e principalmente hoje ao extraordinário prestígio daquilo que lhes é apresentado como sendo científico. E então se diz: "o que Marx e Lenine escreveram, é ciência". Mentira! Nem um nem outro era cientista; os dois foram geniais ideólogos e foram ambos extraordinários pensadores políticos, mas não, cientistas. Científico é aquilo experimentalmente comprovado. A ideologia Marxista ou a Leninista jamais foi um corpo de ciência.

Há algum tempo, Sr. Presidente, proferia eu um curso de conferência na Escola do Estado-Maior do Exército. Um colega meu, que as vicissitudes fizeram com que fosse afastado do Exército, passou a exercer atividade

política clandestina. A despeito disso, nossas relações pessoais prosseguiram. Pois bem, naquela ocasião, esse colega me procurou e procurou-me principalmente para dizer: — "Sei que você está dando um curso de conferências na Escola do Estado-Maior do Exército, e que leciona Sociologia. Quero então saber se você está ensinando sociologia marxista ou sociologia católica?" Respondi-lhe: — "O seu vocabulário não me é acessível. Eu não conheço sociologia marxista e desconheço sociologia católica; só compreendo Sociologia sem ser adjetivada. Desde o momento em que ela se adjetiva, deixa de ser Sociologia. Poderá ser Ideologia, não, porém, Sociologia".

O que se quer portanto, Sr. Presidente, e nisso está a insidia, é definir um ponto de vista, um modo de encarar determinados fenômenos sociais, como sendo uma elaboração científica. Os moços, pela circunstância de serem moços, afeitos a investigar tudo aquilo que se lhes apresenta à inteligência, são facilmente conquistáveis por ardis dessa natureza.

A outra frente é onde se atua, não com o propósito de fazer proselitismo, mas, principalmente, com o propósito de vencer, de neutralizar resistências.

Aquêles que têm a afoiteza de se insurgir contra a mare montante, são então expostos ao motejo, ao ridículo. São apontados como retrógrados, como MacCarthistas, como reacionários, e isso significa arma poderosa para os omissos, para os tímidos, para os pusilânimes.

Sr. Presidente, é necessário que, quanto antes, separemos os campos e estabeleçamos a distinção: nem todos os que preconizam e se batem pela realização das mudanças, que inevitavelmente ocorrerão na sociedade, são comunistas. A estrutura social — perdoe-me, Sr. Presidente, esta digressão — é um elemento sobremodo dinâmico e nenhuma estrutura social existe definitiva como não existe nenhuma estrutura econômica definitiva. As estruturas social e econômica estão em mudanças incessantes. Muitas vezes, não as percebemos, porque as transformações escapam à nossa percepção, mas elas se realizam numa sequência que se constitui num processo natural, como V. Ex.^a sabe. Não há, porém, estrutura definitiva.

A estrutura social é um conjunto de idéias e de padrões; nesse complexo, os indivíduos são mergulhados e desempenham o papel que lhes é próprio, condicionados ao seu status. Em face das condições de vida, esses padrões se modificam incessantemente, e com

a sua modificação, também a estrutura social se modifica. E' inevitável.

Reacionário é, exatamente, aquele que se apegue ao que está, ou mais ainda, o que se apegue ao que já foi. Este, é, realmente, reacionário: ele ressuscita métodos e processos utilizados antigamente.

Os aspectos mais reacionários existentes no mundo de hoje são revelados justamente pela organização Soviética porque, ao lado dos elementos de progresso e adiantamento que possui, ela ressuscita métodos e sistemas de que a Humanidade já se julgava livre.

Sr. Presidente, pode haver algo mais reacionário do que a tirania sobre a liberdade de pensamento e o controle de seus meios de expressão? Haverá algo de mais reacionário do que impingir castigos, vexames e sofrimentos à coletividade que se governa, acenando-lhe com um futuro promissor e quimérico?

Este tem sido o recurso, através da história, de toda tirania e de todo ditador.

A criação de um Partido Único, a unicidade partidária, para evitar que os indivíduos se associem em outras agremiações partidárias, para impedir que haja o diálogo democrático, que haverá de mais reacionário?

A tirania policial, por exemplo, sob todas as suas mil faces; que haverá mais reacionário do que isso?

Dizia eu porém, Sr. Presidente, da necessidade de se estabelecer distinção entre os dois campos, porque nem todos os que preconizam as grandes reformas, as mudanças que a sociedade exige, no seu desenvolvimento, podem ser acimados de comunistas ou de, cripto-comunistas.

A pensar deste modo, teríamos de admitir que até o Presidente Kennedy, é cripto-comunista, pois a condição indispensável para a execução do grande movimento "Aliança Para o Progresso" prende-se à realização de grandes reformas a fim de que os benefícios não se canalizem para a minoria voraz e incontentável, permanecendo miseráveis e famintas as grandes massas.

Cumpra também distinguir que nem todos quantos se insurgem contra o comunismo são reacionários ou retrógrados: nem todos os que se insurgem contra o comunismo são visionários ou fazem o jogo do inimigo.

Esta conceituação, Sr. Presidente, é sobremodo cômoda ao trabalho, ao processo de infiltração comunista, porque os que atuam nessa frente, procuram, sobretudo, conseguir estes dois objetivos: a neutralização das resistências existentes ou, melhor do que isto, a omissão ou a complacência da parte daqueles que cumprem o

dever primeiro de defender as instituições, de preservar a ordem social e política em que vivemos.

Estas as considerações que me permitiram trazer à tribuna do Senado, neste caso da convocação extraordinária, a que todos comparecemos e da qual retornamos, não digo amargurados, porém, entristecidos por verificarmos que o ato convocatório não atingiu seu objetivo.

O Parlamento foi chamado a decidir sobre assunto importante, e não teve como decidir. E, dentre todos os assuntos que constaram da pauta da convocação extraordinária, nenhum em importância e urgência excede a esta matéria consistente na aceitação de um plano geral de Receita e Despesas, a fim de que o Brasil saia desta estagnação.

As autoridades responsáveis reconhecem que a situação é excepcionalmente grave e que a gravidade reside exatamente na impossibilidade em que se encontra o Governo de deter a curva inflacionária, cuja consequência imediata é a alta dos preços, e portanto, a exacerbação do mal-estar social.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. SERGIO MARINHO — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Tenho ouvido, com todo o acatamento e muito prazer, o belo e conceituoso discurso de V. Exa.

V. Exa. acha que a América Latina encontra todas as suas infelicidades em causas diversas, constantemente alegadas. Entretanto, julgo que entre elas uma é essencial, primordial e determina todos os seus infortúnios: falta de governos! A América Latina não tem tido bons dirigentes — os que possuiu têm sido esporádicos, inconstantes, ineptos e não trabalham, de forma alguma, para a grandeza da terra. Para uma prova, basta lembrarmos-nos de que este pobre Brasil teve uma sombra de fecilidade quando dirigido por homens como Campos Salles, Rodrigues Alves e o próprio Wenceslau Braz. Por quê? Porque eram homens honrados, não corrompiam nem eram corruptos e, por consequente, procuraram dirigir o País de forma a fazê-lo progredir. Infelizmente, vivemos nestas interrupções constantes: quando temos um governo que se aproxima da realidade, vêm dois, três ou quatro que nada valem, e o Brasil tem que retrogradar. E ocorre com a América Latina a mesma coisa. Quando os governantes realmente trabalharem pela felicidade dos seus povos, quando não corromperem, e nem forem corruptos, as Nações marcharão forçosamente, para o progresso. Alegam que não temos educação, que somos um povo não possuímos enfim, nada daquilo de

que os povos civilizados desfrutam? E' o caso de se perguntar: Quem é que pode produzir esta felicidade? Quem pode dominar as moléstias, acabar com a ignorância ou, pelo menos, diminuí-la? E' o Governo? Mas o governo fofo, honesto, honrado, o governo competente. Desde que não o possuímos, temos que arcar com todas as misérias e andar ao roldão das desditas, sem progredir, sofrendo o escárnio do Universo.

O SR. SERGIO MARINHO — Muito obrigado a V. Exa. pelo honroso aparte. V. Exa. há de convir que, na análise por mim feita acerca da situação da América Latina, avulta, como um dos elementos mais importantes, a existência de maus governos e da corrupção.

Dizia eu Sr. Presidente, que sem medidas drásticas, heróicas, para deter a inflação, nada se poderia fazer no sentido de evitar que o Brasil se encaminhasse para dias negros e de maus presságios.

Nós, Parlamentares, temos uma parcela muito grande de responsabilidade no que diz respeito à continuação dessa inflação desenfreada, mas cumpre, a esta altura, como medida de salvação pública, que o Governo se disponha, por todos os meios, a executar uma política anti-inflacionária ou deflacionária, atendendo seus gastos aquilo que as possibilidades do Brasil permitirem, segundo o Orçamento aprovado ou o Plano de Contenção de Despesas que será submetido ao Parlamento.

O que não é possível, Sr. Presidente, o que é um contra-senso e uma incongruência, é que o Governo através do Primeiro Ministro proclame repetidamente, pelos meios de comunicação com a opinião pública, que a situação do Brasil é caótica, trágica, desesperadora, e não se disponha, com a valentia necessária, enfrentando mesmo os riscos da impopularidade, a realizar uma política de contenção de despesas. Se os gastos são autorizados e não há recursos para cobri-los, a emissão se torna tão inevitável quanto a queda de um grave sobre a superfície da terra.

Antes de tudo é mister só realizar despesas dispondo dos recursos necessários.

Se porém, entendemos que a inflação é inconsequente, se entendemos que a inflação é instrumento de desenvolvimento social e econômico do Brasil então, Sr. Presidente, não há outro recurso senão aceitarmos aquilo que é desesperadoramente fatal — a marcha para o desconhecido, a marcha para o abismo e para o desastre. Era o que, tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas).